

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA
RECURSOS AMAZÔNICOS – PPGCTRA

FERNANDA PINHEIRO FRAGATA

O ECOTURISMO E A GOVERNANÇA DO USO DE RECURSOS COMUNS NAS
COMUNIDADES DA REGIÃO DA SERRA DA VALÉRIA EM PARINTINS/AM.

ITACOATIARA – AM
2026

FERNANDA PINHEIRO FRAGATA

O ECOTURISMO E A GOVERNANÇA DO USO DE RECURSOS COMUNS NAS
COMUNIDADES DA REGIÃO DA SERRA DA VALÉRIA EM PARINTINS/AM.

Dissertação apresentada como requisito para Título de
Mestra do Instituto de Ciências Exatas e Tecnologia /
Universidade Federal do Amazonas, no Programa de
Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia para Recursos
Amazônicos.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Alcicley Vasconcelos Andrade

ITACOATIARA – AM
2026

Ficha Catalográfica

Elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

-
- F811e Fragata, Fernanda Pinheiro
O ecoturismo e a governança do uso de recursos comuns nas comunidades da região da Serra da Valéria em Parintins/AM. / Fernanda Pinheiro Fragata. - 2026.
70 f. : il., color. ; 31 cm.
- Orientador(a): Francisco Alcicley Vasconcelos Andrade.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia para Recursos Amazônicos, Itacoatiara, 2026.
1. Turismo sustentável. 2. Gestão comunitária. 3. Recursos coletivos. 4. Populações tradicionais. 5. Amazônia. I. Andrade, Francisco Alcicley Vasconcelos. II. Universidade Federal do Amazonas. Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia para Recursos Amazônicos. III. Título
-

FERNANDA PINHEIRO FRAGATA

O ECOTURISMO E A GOVERNANÇA DO USO DE RECURSOS COMUNS NAS
COMUNIDADES DA REGIÃO DA SERRA DA VALÉRIA EM PARINTINS/AM.

Dissertação apresentada como requisito para Título de
Mestra do Instituto de Ciências Exatas e Tecnologia /
Universidade Federal do Amazonas, no Programa de
Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia para Recursos
Amazônicos.

Aprovada em 22 de maio de 2026.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Francisco Alcicley Vasconcelos Andrade, Presidente
Universidade Federal do Amazonas

Prof. Dr. William de Souza Barreto, Membro titular
Universidade Federal do Amazonas

Prof. Dr. João D'Anuzio Menezes de Azevedo Filho, Membro titular
Universidade do Estado do Amazonas

À minha mãe e ao meu pai, pelo amor
incondicional, pelo suporte e apoio constante e
por todos os ensinamentos que me trouxeram
até aqui.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me sustentar ao longo desta caminhada e por me conceder serenidade e força nos momentos de maior desafio;

À minha mãe, Hizaulina, ao meu pai, Júlio, e minhas irmãs, Juciara, Ana Carla, Valéria, Neiva, Nelma e Juliane, por todo o amor, incentivo e confiança. Obrigada por acreditarem nos meus sonhos, me apoiarem e estarem presentes em mais uma etapa de minha vida;

Ao meu namorado Antônio, pela parceria, paciência e compreensão durante este percurso. Seu apoio foi essencial para que eu conseguisse, mesmo nos momentos de maior cansaço;

Às minhas amigas Carol, Rafaela, Eledice e Lívia, pela presença, conversas, incentivo e por compreenderem as ausências que a dedicação a esta pesquisa exigiu;

Aos colegas de trabalho, pelo apoio, pela colaboração e pela compreensão diante dos desafios de conciliar as atividades profissionais e acadêmicas;

Ao meu orientador, pela confiança, disponibilidade e orientação ao longo do desenvolvimento desta pesquisa. Seu incentivo foi fundamental para o êxito deste trabalho;

À Universidade Federal do Amazonas - UFAM, por proporcionar um ambiente de formação, pesquisa e crescimento acadêmico;

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), pelo apoio financeiro concedido durante o desenvolvimento desta pesquisa, contribuindo para a sua realização;

Por fim, agradeço a todas as pessoas que, de diferentes maneiras, fizeram parte desta trajetória. Cada apoio, incentivo e contribuição deixaram marcas importantes neste caminho e tornaram possível a conclusão deste trabalho.

Que nada nos limite. Que nada nos defina. Que nada nos
sujeite. Que a liberdade seja a nossa própria substância.
Simone de Beauvoir

RESUMO

O ecoturismo tem se consolidado como uma alternativa de desenvolvimento sustentável em regiões amazônicas, especialmente em comunidades que possuem forte relação com os recursos naturais e culturais locais. Nesse contexto, a Serra da Valéria, situada na zona rural de Parintins, destaca-se por sua riqueza ambiental, paisagística e arqueológica, tornando-se um importante atrativo do turismo de cruzeiros no rio Amazonas. Entretanto, o crescimento da atividade turística intensifica desafios relacionados à gestão e à governança dos recursos de uso comum, especialmente quanto à participação efetiva da comunidade local nos processos decisórios. Assim, este estudo tem como objetivo analisar as práticas de governança dos recursos comuns no ecoturismo desenvolvido nas comunidades da região da Serra da Valéria, com base na abordagem teórica de Elinor Ostrom. A pesquisa fundamenta-se nas categorias analíticas de governança, ação coletiva, arranjos institucionais, atores sociais e sustentabilidade, articuladas ao tripé da sustentabilidade: dimensões econômica, social e ambiental. Metodologicamente, o estudo possui abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, apoiando-se em revisão bibliográfica e construção de modelo conceitual voltado à compreensão das interações entre os atores envolvidos no ecoturismo local. Os resultados apontam para a identificação de mecanismos de participação comunitária e estratégias de fortalecimento da governança compartilhada, contribuindo para a promoção de um ecoturismo sustentável.

Palavras-chave: Turismo sustentável. Gestão comunitária. Recursos coletivos. Populações tradicionais. Amazônia.

ABSTRACTS

Ecotourism has become established as a sustainable development alternative in Amazonian regions, especially in communities with strong ties to local natural and cultural resources. In this context, the Serra da Valéria, located in the rural area of Parintins, stands out for its environmental, scenic, and archaeological richness, becoming an important attraction for cruise tourism on the Amazon River. However, the growth of tourism intensifies challenges related to the management and governance of common-use resources, especially regarding the effective participation of the local community in decision-making processes. Thus, this study aims to analyze the governance practices of common resources in ecotourism developed in the communities of the Serra da Valéria region, based on the theoretical approach of Elinor Ostrom. The research is based on the analytical categories of governance, collective action, institutional arrangements, social actors, and sustainability, articulated within the three pillars of sustainability: economic, social, and environmental dimensions. Methodologically, the study employs a qualitative approach, of an exploratory and descriptive nature, relying on a literature review and the construction of a conceptual model aimed at understanding the interactions between the actors involved in local ecotourism. The results point to the identification of mechanisms for community participation and strategies for strengthening shared governance, contributing to the promotion of sustainable ecotourism.

Keywords: Sustainable tourism. Community management. Collective resources. Traditional populations. Amazon.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Modelo Conceitual	16
Figura 2. Tripé da Sustentabilidade (<i>Triple Bottom Line - TBL</i>)	26
Figura 3. Mapa da Região da Serra da Valéria	28
Figura 4. Palafita & Arte, ação do Movimento Tudo de Cor, da marca de tintas Coral.	34
Figura 5. Mapa da distância entre a Serra da Valéria e a Vila Amazônia.	41
Figura 6. Comunidade Santa Rita	67
Figura 7. Vista da Comunidade Santa Rita	67
Figura 8. Ginásio Poliesportivo e Cultural e Receptivo Turístico	67
Figura 9. Descida e Porto da Comunidade Santa Rita	68
Figura 10. Comunidade São Paulo (Boca da Valéria) período da Seca	68
Figura 11. Escola Municipal São Francisco (Boca da Valéria)	68
Figura 12. Comunidade São Paulo (Boca da Valéria) período da cheia	69
Figura 13. Píer receptivo (Boca da Valéria).....	69
Figura 14. Placa de Inauguração Píer receptivo (Boca da Valéria).....	69
Figura 15. Visita nas comunidades São Paulo e Santa Rita	70
Figura 16. Pesquisa de campo comunidade Santa Rita	70
Figura 17. Pesquisa de campo comunidade São Paulo	70

LISTA DE SIGLAS

CPR	<i>Common Pool Resource</i> – acesso livre de difícil controle pelas características naturais.
TIES	<i>International Ecotourism Society</i> – Sociedade Internacional de Ecoturismo.
PROECOTUR	Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo da Amazônia Legal
ONGs	Organizações Não Governamentais.
ONU	Organização das Nações Unidas
TBL	<i>Triple Bottom Line</i> – Tripé da Sustentabilidade
AMAZONASTUR	Agência Estadual de Turismo do Amazonas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
	CAPÍTULO 1: AS BASES TEÓRICO-CONCEITUAIS DAS CATEGORIAS DE ANÁLISE DE ESTUDO	15
	1.1 Turismo tradicional versus Ecoturismo	16
	1.2. Aspectos conceituais do Ecoturismo.....	17
	1.3. Ecoturismo na Amazônia	18
	1.3.1. Governança e uso de recursos comuns	19
	1.3.2. Ação Coletiva	20
	1.3.3. Arranjos Institucionais e Conflitos	21
	1.3.4. Atores Sociais	22
	1.3.4.1. Atores Locais	22
	1.3.4.2. Atores Institucionais	23
	1.3.4.3. Atores Privados	24
	1.3.4.4. Atores Externos	24
	1.3.5. Princípios de Ostrom	24
	1.3.6. Tripé da Sustentabilidade: Econômico, Social e Ambiental	26
	CAPÍTULO 2: PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS.....	27
	2.1. Caracterização da Área de Estudo	27
	2.2. Classificação da Pesquisa	28
	2.3. Método da Pesquisa	29
	2.4. Etapas da Pesquisa	29
	2.5. Universo Amostral	30
	2.6. Instrumentos de Pesquisa e Análise	31
	CAPÍTULO 3: MEMÓRIAS QUE GUIAM O FUTURO: A TRANSMISSÃO DOS SABERES COMUNITÁRIOS NO ECOTURISMO DA SERRA DA VALÉRIA.....	32
	3.1. Narrativas, Vivência e Ecoturismo: aprendizado no Cotidiano da Serra.....	32
	3.2. Mestres da Serra: Quem Ensina, Quem Aprende	34
	3.3. Saberes em Travessia: Riscos e Fragilidades na Preservação Cultural	36
	3.4. Pontes de Conhecimento: Diálogos entre Tradição e Educação	40
	CAPÍTULO 4: GOVERNANÇA DOS COMUNS NO ECOTURISMO DA SERRA DA VALÉRIA.....	45
	4.1. Entre Trilhas e Saberes: Práticas Comunitárias no Ecoturismo	45
	4.2. Território Vivo: Identidade, Natureza e Bem-Estar Coletivo	48
	4.3. Reconhecimento em Disputa: Instituições e Políticas de Ecoturismo	50
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	54
	APÊNDICE A - Questionário de Pesquisa Semiestruturado	58
	APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	63
	ANEXO A - Registro Fotográfico da Pesquisa de Campo	68

INTRODUÇÃO

A base do turismo amazônico vem sendo planejada em diversas frentes, tanto governamentais, quanto empresas privadas. Um novo cenário tem se configurado promissor, já que está sendo visto com mais frequência em algumas comunidades rurais: o ecoturismo comunitário. Por possuir belezas naturais ou por uma simbolização cultural de sociedades étnicas ou tradicionais, tal atividade é destaque na promoção do bem-estar social e desenvolvimento econômico, visto que possui mecanismo que podem levar a uma qualidade de vida ou servir como mais uma estratégia de sobrevivência diante das transformações globais (Souza, 2018).

A Serra da Valéria, situada na região rural do município de Parintins-AM, representa um ecossistema de riqueza ambiental significativa, oferecendo oportunidades para o desenvolvimento do ecoturismo como uma fonte potencial de crescimento econômico, com destaque para a presença de sítios arqueológicos na região, o qual agrega valor cultural ao ecoturismo, destacando a importância de preservar o patrimônio histórico. Contudo, a efetiva participação da comunidade local na governança dos recursos comuns utilizados para o ecoturismo, permanece um desafio crucial.

A “Boca da Valéria” como assim ficou conhecida, não é a representação simples do imaginário popular, mas, é parte da memória de seus moradores e da própria memória do lugar revelada em seu solo e nos artefatos encontrados nesse local. Dessa forma, a região dentro da oferta do mercado turístico passou a ser um atrativo de visitação e um destino dentro do roteiro de viagem do turismo de cruzeiro no rio Amazonas, sendo explorado os seus recursos de uso comum (Souza, 2018).

Os recursos de uso comum que tem como sigla original em inglês o termo “*common pool resource* - CPR” trata-se de algo de acesso livre, de difícil controle pelas características naturais, logo, como consequência do acesso ilimitado, o CPR normalmente sofre elevados níveis de degradação ambiental e uma baixa rentabilidade, o qual é denominado problema do CPR. Os *commons* são ambientes e recursos naturais coletivos, apropriados e gerenciados por grupos definidos, segundo modalidades e regras (Alves, 2018).

Dessa forma, busca-se entender se há práticas de governança do uso desses recursos, bem como analisar de que forma elas são desenvolvidas nessa região. Assim, a pesquisa tem como questão problema: Qual o papel da comunidade local na governança dos recursos comuns relacionados ao ecoturismo e como essa participação pode ser fortalecida para alcançar melhores resultados?

Com base nessa questão, definiu-se como objetivo geral analisar as práticas de governança dos recursos comuns no ecoturismo desenvolvido nas comunidades da região da Serra da Valéria, em Parintins (AM). Para alcançar esse objetivo, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- Conhecer a trajetória dos comunitários e os motivos que os levaram a se envolver com a atividade do ecoturismo.
- Analisar a organização local (coletiva) dos comunitários e os arranjos institucionais que ordenam o ecoturismo.
- Aplicar os princípios de governança de recursos comuns de Elinor Ostrom na dinâmica do ecoturismo local.
- Propor estratégias para fortalecer a governança, considerando a participação ativa dos atores sociais.

Para atender aos objetivos propostos, a pesquisa adota como principal referência teórica a abordagem da governança dos recursos comuns desenvolvida por Elinor Ostrom. Em seus estudos, Ostrom (1990) propõe as instituições como solução para o problema da ação coletiva, ou seja, um conjunto de regras que definem os direitos e deveres de cada indivíduo, as interações sociais e como as ações devem ser coordenadas dentro da coletividade. A autora analisa o conceito de ação coletiva alicerçada nas premissas da cooperação, da sustentabilidade e das instituições com base em estudos do uso de recursos comuns (Andrade, 2022).

Fortalecer a participação da comunidade na governança dos recursos comuns é essencial para a formulação de políticas e práticas eficazes que assegurem um ecoturismo responsável, capaz de gerar benefícios econômicos sem comprometer a integridade ambiental da região. Nesse contexto, a problemática central consiste em identificar estratégias que ampliem e consolidem essa participação, promovendo um desenvolvimento sustentável que respeite e preserve a biodiversidade única local. Dessa forma, a abordagem teórica de Elinor Ostrom, reconhecida por suas contribuições sobre a governança dos recursos comuns, oferece uma estrutura valiosa para analisar e orientar a gestão dos recursos relacionados ao ecoturismo na Serra da Valéria, em Parintins-AM.

Nesse sentido, as práticas de governança devem ser sensíveis ao contexto local e integrar as perspectivas e conhecimentos dos residentes. A aplicação dos princípios de Ostrom implica o estabelecimento de regras claras, a criação de mecanismos de tomada de decisão inclusivos e a promoção da responsabilidade compartilhada. Ao incorporar esses elementos, é possível fortalecer a resiliência do ecossistema local e promover um ecoturismo que não apenas beneficie economicamente a comunidade, mas também contribua para a conservação do patrimônio cultural e ambiental na região amazônica

CAPÍTULO I: AS BASES TEÓRICO-CONCEITUAIS DAS CATEGORIAS DE ANÁLISE DE ESTUDO

Este capítulo apresenta reflexões sobre a sustentabilidade do ecoturismo, a ação coletiva, a governança e os arranjos institucionais que influenciam a gestão dos recursos naturais no universo da pesquisa. A abordagem se baseia na interação entre múltiplos atores sociais (*multi-stakeholders*) e no conhecimento integrado, considerando tanto os saberes locais quanto as práticas institucionais que orientam a atividade turística na região.

O modelo conceitual desenvolvido para esta pesquisa tem como objetivo estruturar visualmente os principais elementos que compõem a dinâmica do ecoturismo na região da Serra da Valéria. A criação desse modelo se fundamenta na necessidade de compreender as interações entre os diversos atores envolvidos na atividade turística, bem como os princípios que regem a gestão coletiva dos recursos naturais e institucionais.

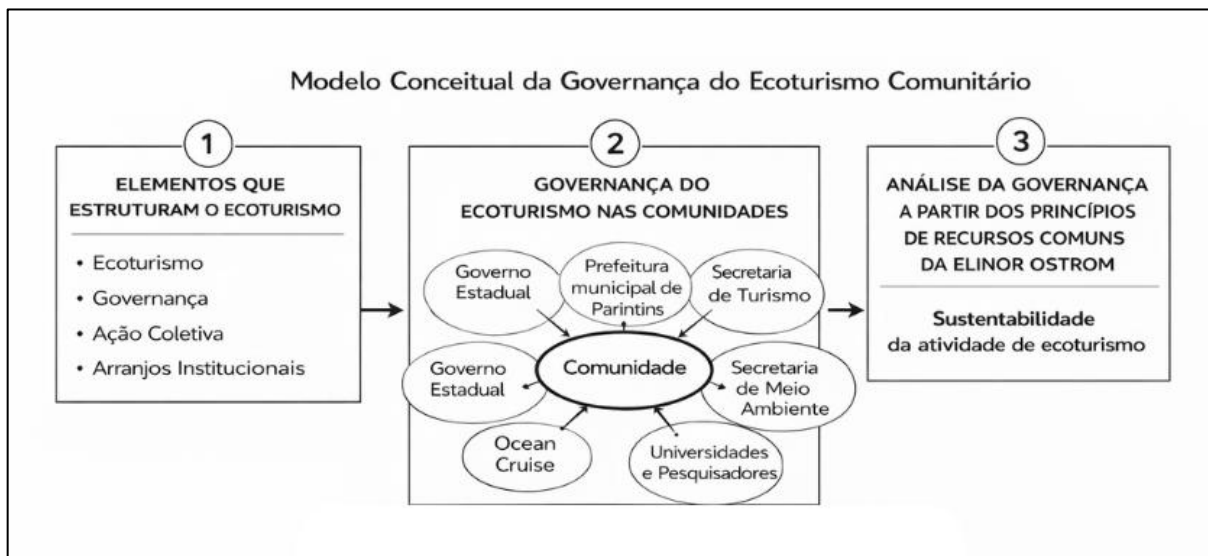
Essa estrutura permite visualizar de forma clara como as relações entre governança, ação coletiva e arranjos institucionais influenciam o ecoturismo local e sua sustentabilidade a longo prazo. A construção do modelo segue uma abordagem que destaca três eixos centrais: (1) os elementos que contribuem para o desenvolvimento do turismo, (2) os atores sociais envolvidos e (3) a sustentabilidade da atividade turística, pautada nos princípios institucionais de Elinor Ostrom.

Eixo 1 – Elementos que contribuem para o desenvolvimento do turismo: Compreende os fatores essenciais para a estruturação do ecoturismo, tais como a governança, a ação coletiva, os arranjos institucionais e o próprio ecoturismo como atividade econômica e socioambientalmente relevante para a região.

Eixo 2 – Atores sociais envolvidos no ecoturismo: Inclui os principais agentes que influenciam e participam da governança do ecoturismo na Serra da Valéria. No centro desse bloco está a comunidade local - empreendedores, artesãos, artistas, guias turísticos, população local, que interage diretamente com outros stakeholders, como a Prefeitura Municipal de Parintins, o Governo Estadual, a Secretaria de Turismo, a Secretaria de Meio Ambiente, a empresa Ocean Cruise (responsável pelos cruzeiros turísticos), além de universidades e pesquisadores, que contribuem para a compreensão e aprimoramento das práticas turísticas na região.

Eixo 3 – Sustentabilidade da atividade turística: Refere-se à estruturação do ecoturismo a partir dos Princípios Institucionais de Ostrom, que orientam a gestão coletiva dos recursos naturais.

Figura 1: Modelo Conceitual



Fonte: Elaborado pela autora, 2026

1.1 Turismo tradicional versus Ecoturismo

O turismo tradicional pode ser compreendido como o modelo mais consolidado da atividade turística, estruturado a partir da organização de serviços como transporte, hospedagem, alimentação e entretenimento, com o objetivo de atender a uma demanda ampla e diversificada de visitantes. Esse modelo está historicamente associado ao desenvolvimento do turismo de massa e à expansão da infraestrutura turística em diferentes destinos (Cooper et al., 2007).

De acordo com Beni (2010), o turismo tradicional organiza-se como um sistema integrado, no qual diferentes agentes, como empresas, governos e consumidores, interagem para viabilizar a experiência turística. Nesse contexto, destaca-se a padronização de serviços e a criação de produtos turísticos estruturados, capazes de atender a fluxos contínuos de visitantes em destinos consolidados. Além disso, conforme Dias (2008), esse modelo desempenha um papel relevante na dinamização econômica, promovendo a geração de emprego e renda e incentivando o desenvolvimento de setores complementares.

Em paralelo, o ecoturismo configura-se como um segmento do turismo voltado à realização de atividades em ambientes naturais, com ênfase na apreciação da natureza e na valorização dos aspectos culturais associados aos territórios visitados. Segundo Fennell (2012), o ecoturismo envolve a interação responsável com o meio natural, incorporando princípios que articulam conservação, experiência turística e aprendizagem.

De acordo com Freire e Almeida (2018), o ecoturismo também apresenta uma dimensão

educativa relevante, ao estimular a conscientização ambiental e a formação de sujeitos mais sensíveis às questões socioambientais. Nesse sentido, a experiência turística é compreendida não apenas como lazer, mas também como oportunidade de ampliação de conhecimento e de contato com diferentes realidades.

Além disso, Weaver e Fennell (2015) destacam que o ecoturismo se caracteriza pela valorização dos ambientes naturais, pela promoção de experiências interpretativas e pelo incentivo a práticas que consideram a sustentabilidade ecológica e sociocultural. Dessa forma, esse segmento contribui para a diversificação das práticas turísticas e para a ampliação das possibilidades de uso dos espaços naturais.

Diante disso, observa-se que o turismo tradicional e o ecoturismo representam abordagens distintas dentro do mesmo campo de atividade, cada uma com suas características, formas de organização e objetivos. Enquanto o turismo tradicional está associado à consolidação de estruturas e à ampliação do acesso ao turismo, o ecoturismo se destaca pela ênfase na relação com a natureza e na valorização de experiências voltadas ao ambiente natural e cultural.

1.2 Aspectos conceituais do Ecoturismo

O ecoturismo, enquanto prática social, econômica e ambiental, consolidou-se a partir do final do século XX como uma das vertentes do turismo mais discutidas no âmbito acadêmico e institucional. Seu surgimento está vinculado à crescente preocupação com os impactos negativos do turismo convencional e à necessidade de construir alternativas que conciliem a conservação ambiental e com o desenvolvimento local (Fennell, 2020). Diferente de outras modalidades turísticas, o ecoturismo tem como princípio norteador a vivência em ambientes naturais de forma responsável, visando promover a educação ambiental, a valorização cultural e a sustentabilidade.

A definição do termo, no entanto, não é unívoca. Segundo a *International Ecotourism Society* (TIES, 2015), ecoturismo é “uma forma de viajar responsável para áreas naturais, que conserva o meio ambiente, sustenta o bem-estar das populações locais e envolve interpretação e educação”. Essa concepção evidencia dois pilares fundamentais: a conservação da biodiversidade e o protagonismo das comunidades residentes. No contexto brasileiro, o Ministério do Turismo (2008) define o ecoturismo como segmento que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentivando sua conservação e buscando a formação de consciência ambientalista através da interpretação do ambiente.

Apesar de haver convergências, autores como Weaver (2008) alertam que o ecoturismo

pode se configurar tanto como estratégia de conservação quanto como mecanismo de exploração comercial. Por isso, mais do que a prática turística em si, é a forma de gestão e a intencionalidade das ações que determinam se a atividade cumpre seu papel ecológico e social. Assim, o ecoturismo se distingue de modalidades como o turismo de natureza ou de aventura por enfatizar a sustentabilidade e a participação comunitária como princípios estruturantes.

Nesse sentido, compreender os aspectos conceituais do ecoturismo implica reconhecer sua dimensão multidisciplinar. Ele articula debates de ecologia, educação, economia e políticas públicas, tornando-se um campo fértil para pesquisas que analisam a governança dos recursos naturais. As contribuições de Elinor Ostrom (1990; 2009), por exemplo, ampliam a discussão ao destacar como comunidades podem organizar-se para gerir coletivamente os bens comuns, incluindo o ecoturismo como alternativa de uso sustentável e compartilhado dos recursos ambientais.

No caso da região amazônica, onde se insere este projeto, o ecoturismo assume contornos específicos ao integrar elementos de biodiversidade única, diversidade cultural e desafios socioeconômicos. Nesse cenário, a reflexão conceitual transcende a definição teórica e torna-se um instrumento para analisar práticas locais, identificar limites e potencialidades, além de propor modelos de gestão que aliem conservação ambiental e desenvolvimento comunitário.

1.3 Ecoturismo na Amazônia

O ecoturismo é uma vertente do turismo que se destaca pela exploração responsável e sustentável dos recursos naturais e culturais da região, reconhecendo a importância da preservação ambiental e o envolvimento das comunidades locais.

O turismo em áreas naturais é o segmento da indústria turística que mais cresceu nos últimos anos. Segundo dados da Organização Mundial de Turismo, no ano de 2004, os segmentos de turismo de natureza e ecoturismo cresceram três vezes mais que a indústria turística como um todo (Peralta, 2012).

Na Amazônia, desde os anos 1990, o ecoturismo passou a ser visto como uma forma de desenvolvimento rural e como atividade mitigadora de pobreza, pois reduziria a pressão sobre os recursos naturais. Segundo Peralta (2012) o ecoturismo serviria, então, como estratégia para diminuir a pressão sobre os recursos naturais, fornecendo uma fonte de renda alternativa para diversificar a base produtiva de áreas rurais.

De fato, são inúmeras as comunidades na Amazônia, que apesar de habitarem territórios

apropriados para as práticas turísticas, continuam à margem dos processos e práticas deste setor, e quando absorvidas, sem qualificação, ou, ainda, mesmo qualificadas no contexto de suas culturas e saberes locais, não sabem o que fazer diante dos valores externos voltados para o mercado.

A partir da conferência Eco 92, o ecoturismo ganhou destaque e, como forma de acelerar a prática no país, o governo lançou em 1999 o Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo da Amazônia Legal (PROECOTUR). Um dos objetivos foi financiar obras de infraestrutura em diversas áreas da Amazônia para atrair cada vez mais ecoturistas. Este projeto foi encerrado em 2010 e deixou, portanto, alguns legados na região (Nunes, 2012).

No entanto, de acordo com Nunes (2012), as ações do governo não foram totalmente eficazes e deixaram algumas áreas “sem coberturas”, o que levaram a ações locais desordenadas e necessitando de práticas de governanças até então desconhecidas.

1.3.1 Governança e uso de recursos comuns

Em *Governing the commons*, de Elinor Ostrom (1990), são apresentados princípios de governança, a teoria destaca a importância de instituições autônomas e adaptativas, desenvolvidas pela comunidade para gerenciar eficazmente recursos compartilhados, os quais podem ser aplicados na prática do ecoturismo.

Esses princípios levam à reflexão sobre alguns impasses em torno da ação coletiva na gestão dos sistemas de recursos. Isso porque na maioria das vezes, os apropriadores estão habituados a dar mais importância a resultados imediatos, e não os retornos a longo prazo, como deve ser o direcionamento dos mecanismos de planejamento. Nesse momento, as lideranças precisam ser atuantes e esclarecer sobre a necessidade de planejar, ampliando as possibilidades de conservação e utilização dos recursos por mais tempo (Alves, 2018).

Sobre os mecanismos de governança dos recursos, Ostrom (1990) apresenta oito princípios institucionais, denominados também como “princípios de governança” que auxiliam as comunidades a ter maior controle sobre as ferramentas de autogestão, os quais estão detalhados nos itens seguintes. Trata-se de um conjunto com oito princípios, onde as comunidades que empregam estão mais aptas a alcançar seus objetivos, porém não é necessário que se tenham aplicados todos para ser considerado um caso de sucesso.

A governança configura-se como um elemento característico da descentralização política no Brasil, favorecendo a interação entre Estado e sociedade na busca por maior

eficiência das ações públicas. Nesse contexto, a governança ultrapassa a atuação exclusivamente estatal, incorporando diferentes atores sociais nos processos de gestão e tomada de decisão. Conforme discutem Mantovaneli Jr. e Sampaio (2010), a governança para o desenvolvimento territorial sustentável está associada à construção de mecanismos participativos e compartilhados, pautados na articulação entre instituições públicas, iniciativa privada e sociedade civil. Para os autores, a sustentabilidade dos processos de gestão depende diretamente da forma como os encaminhamentos decisórios são construídos, exigindo que as ações administrativas estejam fundamentadas em princípios sustentabilistas e orientadas ao bem coletivo. Assim, associações, conselhos, comitês e grupos comunitários passam a desempenhar papel relevante no diálogo com o poder público e na construção coletiva das políticas locais.

No atual cenário mundial, pensar em estratégias sustentáveis que conciliem planejamento, desenvolvimento e preservação ambiental torna-se condição essencial para a gestão de localidades com potencial turístico. Nesse sentido, as ações públicas relacionadas ao turismo possuem papel significativo no fortalecimento e desenvolvimento dos destinos, contribuindo para processos de estruturação, promoção e comercialização turística. Além disso, a adoção de práticas de governança participativa possibilita maior integração entre os diferentes atores envolvidos, favorecendo a construção de políticas mais alinhadas às necessidades locais, à conservação ambiental e ao tripé da sustentabilidade.

Na governança do turismo, a participação social torna-se fundamental, uma vez que a ausência dos sujeitos locais nos processos decisórios pode resultar na implementação de ações pouco efetivas e desconectadas da realidade da comunidade. Corroborando essa perspectiva, Silva, Mantovaneli Jr. e Sampaio (2014) afirmam que a governança turística depende da articulação entre poder público, iniciativa privada e comunidade local, considerando a necessidade de pactuação entre diferentes interesses para o fortalecimento do desenvolvimento turístico regional. Sob essa perspectiva, a gestão pública deve priorizar iniciativas voltadas ao bem comum, considerando as demandas, aspirações e especificidades da população local antes da consolidação da localidade como destino turístico. Dessa forma, a governança participativa fortalece o desenvolvimento turístico sustentável, promovendo maior equilíbrio entre interesses econômicos, sociais e ambientais.

1.3.2 Ação Coletiva

A ação coletiva, no contexto da teoria de Elinor Ostrom (1990), diz respeito ao esforço

conjunto de indivíduos ou grupos para gerenciar recursos comuns de maneira sustentável. Ao contrário da visão tradicional da "tragédia dos comuns", Ostrom argumenta que a cooperação local é essencial para a gestão eficaz e a preservação de recursos naturais compartilhados.

Quaresma e Campos (2006, p.142) enfatizam que “as teorias de ação coletiva são importantes para o desenvolvimento sustentável no qual o turismo sustentável busca sua efetivação”. Nesse contexto, a ação coletiva corrobora para as boas práticas em uma comunidade, ao se tratar de uma atividade turística com uso de recursos comuns.

A ação coletiva, nesse sentido, não é apenas uma questão de recursos, mas envolve um complexo processo de interação social, construção de normas e instituições, e uma capacidade de adaptação contínua frente a desafios locais.

1.3.3 Arranjos Institucionais e Conflitos

Os arranjos institucionais referem-se à forma como as instituições sociais, políticas e econômicas são organizadas para lidar com determinadas questões, resolver problemas ou gerenciar recursos. Em contextos relacionados ao ecoturismo na Amazônia, esses arranjos são cruciais para estabelecer a governança eficaz dos recursos comuns, garantindo a sustentabilidade ambiental, econômica e social (Paula, 2021).

Para tanto, sabe-se que a governança está organizada a partir de uma estrutura institucional pública e privada. Para fins analíticos, à essa estrutura institucional pública, denominar-se-á governança pública e se refere ao conjunto dos arranjos institucionais públicos de atores que compõem o Estado, que contribuem para a organização da estrutura. Já os arranjos institucionais privados, denomina-se governança privada, referindo-se ao conjunto dos arranjos de cunho privado, aqueles que não compõem o aparelho do Estado, como associações e cooperativas, dentre outros (Menezes et. al, 2016).

Assim, as análises de Ostrom (2009) apresentam que a adequação e utilização dos recursos de uso comum partem de uma escolha institucional, ou seja, escolha coletiva, em que as regras e normas sejam construídas de maneira compartilhada e, portanto, facilmente integralizadas pelos usuários.

Essas regras em uso são um sistema de leis próprias de uso ou trabalho elaboradas, monitoradas e supervisionadas pelo grupo em exercício. Os arranjos institucionais responsáveis pelo manejo e extração sustentável dos recursos dependem das diversidades e complexidades dos fatores político, econômico, cultural e ambiental (Ostrom, 2009).

Para Paula (2021), interesses conflitantes e desigualdades persistentes entre os usuários

locais são alguns dos problemas que intimidam a autonomia das comunidades locais. Diante de diversos cenários, compreender o manejo local dos recursos naturais na Amazônia, com relação aos atores envolvidos e aos arranjos institucionais, assim como a economia local e sustentabilidade dos recursos. Os incentivos à participação, na administração dos recursos comuns dos territórios naturais e no manejo de recursos locais, indicam que os mesmos evitam processos de degradação, tendendo manter a economia das organizações comunitárias sustentável.

1.3.4 Atores Sociais

No modelo de governança proposto por Ostrom (1990), os atores sociais desempenham um papel fundamental na gestão eficaz dos recursos comuns. Esses atores são indivíduos, grupos ou organizações que possuem interesses no uso e na conservação dos recursos naturais e que, por meio de suas interações, influenciam as decisões coletivas e a implementação de regras.

A compreensão do papel dos atores sociais é essencial para analisar como a ação coletiva pode ser organizada de forma a promover a sustentabilidade e o desenvolvimento local no ecoturismo da Serra da Valéria.

Os atores sociais são as entidades que interagem no processo de governança e que, de alguma forma, afetam ou são afetados pela gestão de recursos comuns (Vieira, 2019).

Na análise da governança dos recursos comuns, é crucial entender as diferentes categorias de atores sociais que compõem a rede de gestão local. Esses atores desempenham papéis distintos na construção de normas, na utilização e conservação dos recursos naturais e na implementação de políticas de desenvolvimento, como o ecoturismo. Com base na teoria de Elinor Ostrom, bem como autores da área de estudo, os atores sociais se apresentam dessa forma.

1.3.4.1 Atores Locais

A primeira e mais importante categoria de atores são os membros da comunidade local, ou seja, aqueles que vivem diretamente na Serra da Valéria e têm um vínculo direto com os recursos naturais da região. Dentro deste grupo, há uma diversidade de subgrupos que possuem interesses e práticas diferentes em relação à utilização dos recursos:

Segundo Agrawal (2002), esses atores possuem um grande valor na gestão local, pois suas práticas históricas de uso do território garantem uma relação equilibrada com o meio ambiente.

Indivíduos envolvidos na agricultura de subsistência e pesca, cujas atividades podem impactar diretamente os recursos naturais da Serra da Valéria. O trabalho de Ostrom (1990) mostra como essas comunidades, quando bem organizadas, podem criar soluções eficientes para a gestão de recursos como florestas e rios.

Guias de Turismo e Prestadores de Serviço são atores que, ao participarem do ecoturismo, têm um papel importante na medição entre o uso dos recursos naturais e o desenvolvimento econômico local. Segundo Moscardo (2008), esses atores podem atuar como facilitadores de práticas turísticas sustentáveis, mas devem estar alinhados com as comunidades locais para garantir que o desenvolvimento do ecoturismo beneficie a todos.

1.3.4.2 Atores Institucionais

Os atores institucionais são aqueles que operam fora da comunidade local, mas têm grande influência sobre a gestão e uso dos recursos naturais da Serra da Valéria. Estes atores desempenham papéis reguladores, facilitadores ou financiadores na implementação de práticas de governança sustentável (Vieira, 2019).

Governos Locais e Estaduais: Órgãos do governo municipal e estadual são responsáveis pela implementação de políticas públicas de gestão ambiental, regulamentação de áreas protegidas e fomento ao ecoturismo. Segundo Berman et al. (2004), o papel dos governos locais é essencial para o sucesso de qualquer esforço de gestão de recursos comuns, pois eles fornecem o suporte legal e técnico necessário para a implementação das regras definidas pelas comunidades.

Organizações Não Governamentais (ONGs): ONGs ambientais e sociais frequentemente desempenham o papel de intermediários, ajudando na capacitação da comunidade, no desenvolvimento de projetos de conservação e no fortalecimento das capacidades locais de gestão. De acordo com Gibson et al. (2005), as ONGs são fundamentais para facilitar a comunicação entre as comunidades locais e outros atores externos, promovendo a governança inclusiva.

Agências de Fomento e Organismos Internacionais: Instituições como o Banco Mundial, organizações internacionais de preservação ambiental e agências de cooperação técnica, que podem fornecer financiamento e assistência técnica para o desenvolvimento do ecoturismo sustentável. Esses atores ajudam a ampliar o alcance das políticas locais e a implementar projetos de grande escala que podem beneficiar a comunidade.

1.3.4.3 Atores Privados

Atores do setor privado são aqueles que operam em nível econômico e têm interesse no uso dos recursos naturais para fins de lucro (Rubim *et. Al.*, 2005). Esses atores podem representar um desafio ou uma oportunidade dependendo de sua postura em relação à sustentabilidade, como exemplo, temos:

Empresas de Ecoturismo: a relação entre as empresas de ecoturismo e a comunidade local pode ser positiva, caso elas adotem práticas de turismo sustentável e ajudem no desenvolvimento de infraestrutura local. No entanto, conforme discutido por Goodwin (2017), existe o risco de que interesses comerciais possam entrar em conflito com as necessidades de conservação ambiental.

Investidores e Empreendedores Locais: Além das empresas de ecoturismo, outros tipos de investidores privados podem ter interesse na exploração de recursos naturais, como madeira, minério ou outros produtos da floresta. A presença desses atores exige um controle rigoroso e a criação de políticas públicas que assegurem que as atividades econômicas não prejudiquem o ecossistema local.

1.3.4.4 Atores Externos

Atores externos são aqueles fora da região da Serra da Valéria, mas que, devido ao seu papel em organismos internacionais ou sua capacidade de influenciar políticas, têm impacto significativo nas decisões locais:

Pesquisadores e Acadêmicos: Pesquisadores que estudam a dinâmica dos recursos naturais, o ecoturismo e as práticas de governança nos bens comuns podem fornecer suporte teórico, dados e recomendações para melhorar a gestão local. De acordo com Ostrom (2005), a contribuição acadêmica é vital para a inovação das práticas de governança e para a adaptação das regras de uso de recursos comuns.

Organizações de Defesa do Meio Ambiente e Movimentos Sociais: Movimentos ambientais internacionais e organizações de defesa dos direitos humanos podem atuar como advogados da comunidade, promovendo a sensibilização sobre as questões locais e fornecendo apoio logístico ou financeiro para projetos de preservação.

1.3.5 Princípios de Ostrom

Ostrom (1990) elencou um conjunto de regras e princípios, com o objetivo de auxiliar as comunidades na construção de instituições duradouras para controle/regulação da

superexploração excessiva do uso dos recursos, rumo à autogovernança dos commons. Esses princípios foram denominados de *Design Principles* (Ostrom, 1990, p. 90):

- *Limites claramente definidos*: diz respeito à definição dos limites territoriais e dos direitos dos usuários quanto ao usufruto dos recursos. Com o objetivo de evitar possíveis danos irreversíveis a esses recursos, destaca-se a exclusão de acesso ao bem comum por parte dos outsiders, isto é, conceituados por Elias e Scotson (2000) como indivíduos não-pertencentes à um grupo ou comunidade e/ ou que não apresentam requisitos para serem aceitos no coletivo.
- *Congruência entre regras de apropriação e de provisão com as condições locais*: refere-se ao alinhamento das regras de apropriação (ou utilização) com as regras de provisão (ou fornecimento) dos recursos. Objetivando a manutenção desses recursos, deve-se levar em consideração alguns aspectos, a saber: tempo, espaço, disponibilidade de tecnologias, sazonalidade, quantidade de recursos disponíveis, entre outras peculiaridades locais.
- *Participação nos processos decisórios*: prescreve a necessidade da participação ativa por parte dos usuários ou membros de um determinado grupo com o objetivo de redefinir e readaptar as regras por meio de arranjos fundamentados em escolhas coletivas.
- *Monitoramento*: este princípio foca na garantia de um comportamento adequado às normas coletivas, ao mesmo tempo, gerando penalizações aos transgressores. A necessidade da existência de fiscalização comunitária, reforça a construção de uma cultura baseada na valorização dos objetivos e vantagens da coletividade.
- *Sanções graduais*: diz respeito à imposição de penalizações graduais construídas pela coletividade, a partir dos níveis de gravidade das transgressões. As sanções vão desde advertências verbais e/ou escritas ou multas monetárias até expulsão dos transgressores do grupo.
- *Mecanismo de solução de conflitos*: refere-se ao acesso facilitado aos mais diversos mecanismos de resolução de conflitos, objetivando rapidez e baixo custo operacional.
- *Reconhecimento de direitos*: a necessidade de reconhecimento e respeito pelos órgãos do governo a respeito das instituições criadas pela comunidade
- *Empreendimento Multiescalar*: compreende-se a importância do alinhamento em escalas múltiplas (ou estrutura de redes) na apropriação, provisão, monitoramento, punição, resolução dos conflitos e outras atividades de governança.

1.3.6 Tripé da Sustentabilidade: Econômico, Social e Ambiental

O conceito de sustentabilidade consolidou-se na literatura acadêmica e nas políticas públicas como um paradigma de desenvolvimento capaz de articular crescimento econômico, inclusão social e conservação ambiental. Essa visão foi sistematizada no Relatório Brundtland pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, e foi amplamente difundido na ECO 92 (Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento) realizada no Rio de Janeiro em 1992, documento que se tornou marco global ao definir desenvolvimento sustentável como aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer as gerações futuras. A partir desse entendimento, consolidou-se o chamado tripé da sustentabilidade, também referido como *Triple Bottom Line* (TBL), que estabelece três dimensões indissociáveis: econômica, social e ambiental (Elkington, 1997).

Figura 2. Tripé da Sustentabilidade (*Triple Bottom Line - TBL*)



Fonte: Impact Hub BSB. Adaptado.

A dimensão econômica refere-se à viabilidade financeira das atividades, buscando assegurar que projetos e empreendimentos mantenham equilíbrio entre custos, receitas e benefícios gerados. No ecoturismo, esse aspecto se traduz na geração de renda para comunidades locais, na diversificação das economias tradicionais e na valorização de práticas produtivas sustentáveis. Entretanto, a lógica econômica não pode se sobrepor aos limites ecológicos e socioculturais, sob risco de transformar a atividade em mera exploração comercial da natureza (Krippendorff, 2000).

A dimensão social abrange a promoção da equidade, a valorização cultural e a melhoria da qualidade de vida das populações envolvidas. No contexto amazônico, o ecoturismo

adquire relevância ao fortalecer práticas comunitárias, respeitar saberes tradicionais e ampliar a participação social nos processos de tomada de decisão. Esse eixo torna-se essencial para que o ecoturismo não seja imposto de forma exógena, mas construído a partir do protagonismo das comunidades (Irving, 2009).

A dimensão ambiental, por sua vez, está relacionada à conservação da biodiversidade e ao uso racional dos recursos naturais. No ecoturismo, isso se materializa em práticas de manejo sustentável, educação ambiental para turistas e moradores, e monitoramento constante dos impactos da atividade. Assim, a dimensão ambiental estabelece os limites para a exploração dos recursos, garantindo que a natureza não seja degradada em nome do crescimento econômico imediato.

A integração das três dimensões constitui o grande desafio da sustentabilidade no ecoturismo. A literatura destaca que o tripé não deve ser compreendido como eixos isolados, mas como campos interdependentes, cujo equilíbrio exige governança participativa e políticas públicas coerentes. Nesse sentido, os aportes teóricos de Ostrom (1990; 2009) contribuem ao evidenciar que a gestão compartilhada dos bens comuns pode favorecer o equilíbrio entre os interesses econômicos, sociais e ambientais, fortalecendo o papel das comunidades locais no manejo dos recursos.

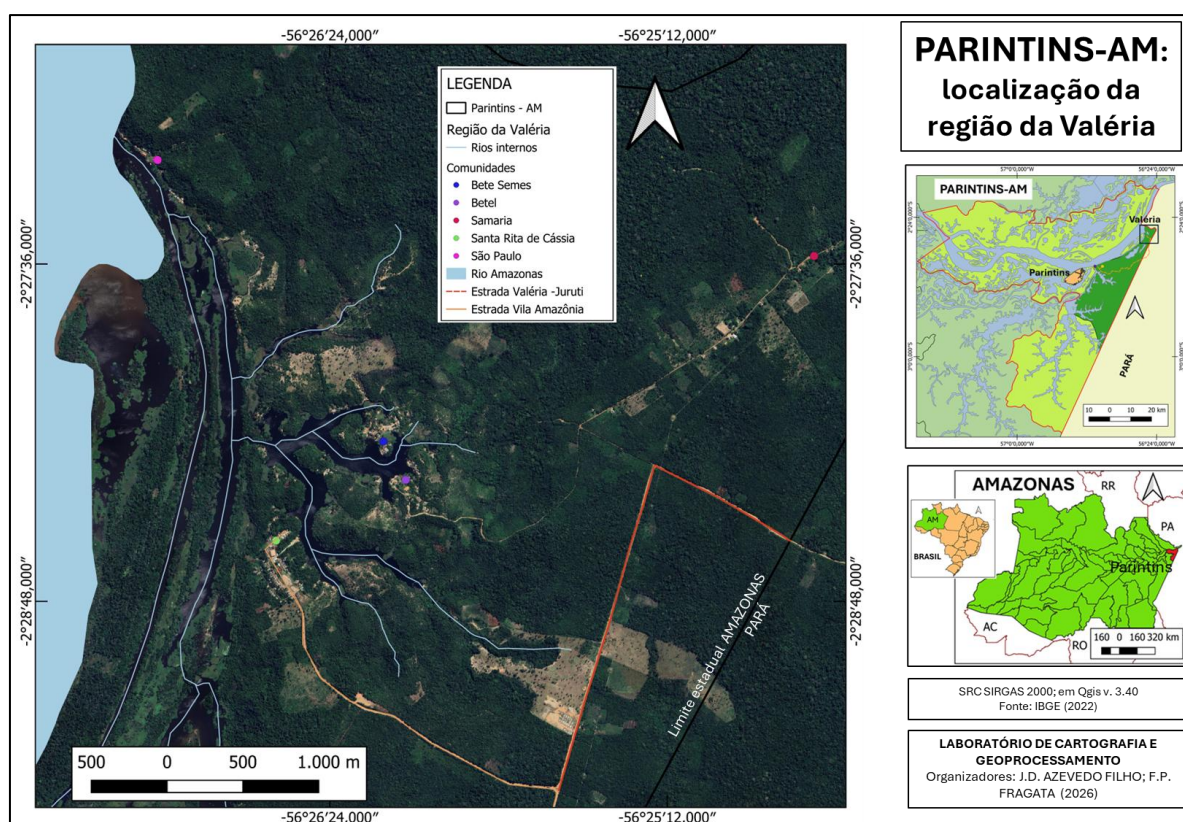
No caso da região da Serra da Valéria, lócus deste estudo, a análise do tripé da sustentabilidade se torna crucial para avaliar a viabilidade do ecoturismo como estratégia de desenvolvimento territorial. A observação da realidade demonstra que apenas a integração equilibrada das dimensões econômica, social e ambiental pode garantir a longevidade das iniciativas e a efetiva conservação do patrimônio natural e cultural amazônico.

CAPÍTULO 2: PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS

2.1. Caracterização da Área de Estudo

A Serra da Valéria é uma região rural do município de Parintins-AM, conhecida por seus sítios arqueológicos e aspectos naturais, como paisagens, fauna e flora. Estes elementos contribuem para seu apelo turístico, sendo frequentemente explorados por empresas de transporte para atender à demanda de turismo de lazer. Atualmente, a região integra o roteiro de viagens do turismo de cruzeiros no Rio Amazonas (Souza, 2018).

Figura 3. Mapa da Região da Serra da Valéria



Além disso, a Serra da Valéria representa um espaço de memória coletiva, tanto para os moradores quanto para os artefatos e registros arqueológicos que ali se encontram. Esta dinâmica cultural e ambiental reforça a importância de um estudo detalhado sobre a área, considerando suas singularidades históricas e contemporâneas.

2.2. Classificação da Pesquisa

A pesquisa é classificada como um estudo qualitativo, pois abrange um resultado descritivo do local a ser estudado. Para isso, adota uma abordagem exploratória- descritiva,

visando descrever as respectivas realidades de forma combinada (Lakatos; Marconi, 2002).

Como descrito por Gil (2008), a pesquisa exploratória tem como finalidade, desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais específicos. Já a pesquisa descritiva, Gil (2008) aponta que tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou estabelecimento de relações entre as variáveis estudadas.

2.3. Método da Pesquisa

Entende-se que uma metodologia é uma construção estratégica, que articula teoria e fatos para abordar um objeto. O objeto não é passivo à manipulação técnico-instrumental, nem é imediatamente evidente à observação. Assim, o objeto é uma construção limitada pelos recursos teóricos inventados até ao momento e àquilo que as pessoas deixam ver e se dispõem a usar da ciência para compreender (Caria, 2002).

Para tanto, o método escolhido para este estudo é a etnografia. O foco da etnografia é estudar a cultura de um povo e o comportamento de grupos sociais específicos. A prática da etnografia se baseia na disponibilidade de pesquisar a partir de uma estrutura que coloque o pesquisador no encontro direto com os indivíduos e/ou grupos em situações de vida ordinárias (Rocha, 2008).

O primeiro aspecto da etnografia tradicional é dedicar bastante tempo ao processo de familiarização, a olhar em torno e explorar o fenômeno sob todos os ângulos, tentando entender o que ele é, para quem existe e como é vivenciado. Braga (2012), considera este processo muito importante, observando os fenômenos sob diferentes perspectivas para alinhar perguntas apropriadas ao fenômeno estudado.

Nesse processo de construção da narrativa, foi utilizado o mapa da comunidade como ferramenta de registro e contextualização espacial. O mapa auxiliará na delimitação das áreas de estudo, identificando os locais onde ocorrem práticas culturais, turísticas e ambientais relevantes, bem como apresentará estratégias de governança para cada prática.

2.4. Etapas da Pesquisa

As etapas da pesquisa foram realizadas da seguinte forma:

- a) *Familiarização com o Contexto Local:* nesta etapa, foi realizada uma visita para conhecer a realidade das práticas turísticas na região da Serra da Valéria, com interação junto aos moradores e participantes das atividades, além do contato com a secretaria de turismo local, a fim de obter informações sobre o contexto dos navios que passam nas

temporadas.

- b) *Coleta de Dados:* foram aplicadas técnicas como observação participante, entrevistas semiestruturadas e registros fotográficos, complementadas pelo uso do mapa para situar espacialmente as informações coletadas.
- c) *Construção do Mapa da Comunidade:* O mapa foi desenvolvido com base em observações e relatos dos participantes. Ele ajuda a registrar e contextualizar as estratégias de governança que são e que podem ser aplicadas.
- d) *Análise Narrativa:* A análise narrativa foi utilizada para interpretar as histórias e experiências relatadas pelos sujeitos da pesquisa, relacionando-as com os aspectos culturais e socioambientais, além de identificar a trajetória dos comunitários e os motivos de sua participação no ecoturismo.
- e) *Sistematização dos Resultados:* Os dados coletados foram organizados para traçar um panorama integrado da relação entre a comunidade, suas práticas e o ecoturismo na região da Serra da Valéria, aplicando os princípios de Ostrom necessários ao contexto.

2.5. Universo Amostral

A Serra da Valéria, é uma região rural do município de Parintins-AM, que possui sítios arqueológicos, além de seus aspectos naturais como as paisagens e suas riquezas em fauna e flora, os quais tornam-se atrativos dentro das estratégias de marketing das empresas de transportes para dispor o lazer à demanda turística, o qual é atualmente atrativo de visitação e um destino dentro do roteiro de viagem do turismo de cruzeiro no rio Amazonas (Souza, 2018). Dessa forma, a região da Valéria é parte da memória de seus moradores e da própria memória do lugar revelada em seu solo e nos artefatos encontrados nesse local.

O universo da pesquisa compreende os moradores da Serra da Valéria e das cinco comunidades localizadas na região: São Paulo, Santa Rita, Bete Semes, Betel e Samaria. No entanto, a amostra foi composta apenas pelos residentes das comunidades diretamente envolvidas com o ecoturismo: São Paulo e Santa Rita. A escolha dessas comunidades justifica-se pela sua participação ativa nas atividades turísticas, alinhando-se ao objetivo do estudo de analisar a gestão coletiva dos recursos turísticos sob a perspectiva das teorias de Elinor Ostrom.

Dentro dessas comunidades, a pesquisa incluirá especificamente os moradores cuja subsistência está ligada ao turismo, como produtores de artesanato, historiadores, guias locais e aqueles que desenvolvem atividades relacionadas ao meio ambiente. A participação comunitária no ecoturismo é um aspecto central do estudo, evidenciando o papel dos

moradores no desenvolvimento e na sustentabilidade da atividade.

2.6. Instrumentos de Pesquisa e Análise

Os dados foram coletados por meio de observação participante, entrevistas e análise narrativa. A observação participante, como técnica etnográfica, permitirá ao pesquisador se inserir no contexto da pesquisa e descrever detalhadamente os espaços e atividades realizadas pela comunidade. Essa abordagem possibilita compreender as práticas cotidianas do ecoturismo na região, bem como os significados atribuídos pelos moradores às suas experiências (Rocha, 2008).

Os instrumentos de coleta de dados incluem questionários semiestruturados, que permitem um comparativo detalhado entre os sujeitos da pesquisa. O uso combinado de técnicas qualitativas, aliado ao suporte analítico do mapa da comunidade, enriquece a compreensão das dinâmicas sociais e territoriais do ecoturismo na região (Marconi e Lakatos, 2002).

Para tanto, a análise narrativa foi adotada para interpretar os discursos construídos pelos moradores sobre suas vivências e percepções do ecoturismo. A narrativa, nesse contexto, não se restringe apenas às falas dos entrevistados, mas também à forma como suas histórias e experiências são espacializadas e representadas no território (Bastos e Biar, 2015).

Segundo Sahagoff (2015), o papel do pesquisador é interpretar os textos e, a partir deles, criar uma nova narrativa. Os dados obtidos podem ser coletados de forma oral e/ou escrita, cabendo ao pesquisador decidir a abordagem mais adequada ao perfil do estudo. Nesse sentido, a pesquisa narrativa foi entendida como um meio de compreender a experiência humana a partir de entrevistas com os participantes, tanto com o uso dos questionários, quanto com narrativas oralizadas.

Bastos e Biar (2015) denominam virada narrativa a tendência, nas ciências sociais, de questionar o estatuto objetivo das descrições etnográficas. A partir dessa perspectiva, os dados de pesquisa necessitam de uma narrativa que descreva a realidade vivida, posicionando o pesquisador como parte do processo de produção do conhecimento. Isso implica reconhecer que o pesquisador, como ator social, interpreta seu objeto de estudo a partir de sua perspectiva contextual, construindo, assim, uma narrativa singular sobre o campo pesquisado.

CAPÍTULO 3: MEMÓRIAS QUE GUIAM O FUTURO: A TRANSMISSÃO DOS SABERES COMUNITÁRIOS NO ECOTURISMO DA SERRA DA VALÉRIA

Este capítulo analisa como os saberes comunitários da Serra da Valéria são transmitidos, preservados e ressignificados no contexto das atividades de ecoturismo desenvolvidas nas comunidades. A partir dos dados obtidos na pesquisa de campo, foi possível identificar que os conhecimentos relacionados ao território, às práticas culturais e à organização das atividades turísticas são compartilhados principalmente por meio de processos informais de aprendizagem, fundamentados na oralidade, na observação e na participação nas dinâmicas cotidianas da comunidade.

Os resultados do estudo indicam que esses saberes constituem um patrimônio coletivo que orienta tanto as práticas sociais quanto as estratégias locais de recepção aos visitantes. Nesse sentido, o ecoturismo não se configura apenas como uma atividade econômica, mas também como um espaço de valorização cultural, no qual memórias, experiências e conhecimentos tradicionais são continuamente mobilizados e transmitidos entre gerações.

3.1. Narrativas, Vivência e Ecoturismo: aprendizado no Cotidiano da Serra

Os resultados deste estudo indicam que a transmissão dos saberes comunitários na Serra da Valéria ocorre predominantemente por meio de processos informais de aprendizagem, baseados na convivência cotidiana, na observação e na participação direta nas atividades produtivas da comunidade. Nesse contexto, o aprendizado não ocorre em espaços formais de formação, mas na prática diária e nas interações entre os moradores.

Em uma análise panorâmica, os estudos revelam que muitos comunitários aprenderam a desenvolver atividades relacionadas ao ecoturismo observando outros moradores mais experientes. Esse processo de aprendizagem prática pode ser observado no relato de um dos participantes da pesquisa, que descreveu como iniciou sua atuação na produção de artesanato:

“Eu tinha uns amigos aqui na comunidade que já faziam e sabiam bem trabalhar com pintura, teçume, talha de madeira. A gente pegou a prática com eles. Aí foi fazendo e a gente aprendeu a fazer.” Comunitário: J.B.

Esse relato evidencia um modelo de transmissão de conhecimento baseado na experiência compartilhada, no qual o saber é construído coletivamente a partir da convivência comunitária. Nesse sentido, o aprendizado ocorre de forma gradual, incorporando práticas, técnicas e conhecimentos relacionados ao uso dos recursos naturais disponíveis no território.

Outro aspecto relevante identificado na pesquisa refere-se à utilização de matérias-primas locais na produção de artesanato. O entrevistado relatou que os objetos comercializados eram

produzidos a partir de madeira encontrada na própria região, evidenciando a relação entre conhecimento tradicional e ambiente:

“A madeira vinha daqui mesmo. Era a Ucuuba, que era a madeira que a gente fazia o artesanato. A gente fazia “reminho”, barquinho, fazia de tudo assim de madeira”. Comunitário: J.B

A produção artesanal incluía diferentes objetos, como remos e pequenas embarcações de madeira, frequentemente adquiridos pelos visitantes durante as temporadas de turismo, segundo o participante da pesquisa.

Esses relatos demonstram que a produção artesanal constitui não apenas uma atividade econômica, mas também uma expressão dos saberes locais associados ao território e aos modos de vida da comunidade.

Durante a pesquisa de campo, foram identificadas práticas turísticas como o transporte de visitantes em canoa, que surgiu a partir da própria dinâmica da atividade turística na comunidade, que passou a representar uma oportunidade de trabalho e geração de renda.

“Eu sempre gostei de trabalhar assim. Nunca gostei de ficar parado. Já tem uns seis, sete anos que eu trabalho com isso”. - R.P

O entrevistado relatou ainda que atua há aproximadamente sete anos na atividade de transporte de visitantes, conduzindo turistas em passeios de canoa para atividades como banho de rio e visitação nas áreas naturais da comunidade.

Esse tipo de atividade demonstra como o ecoturismo vem se consolidando como uma alternativa econômica para alguns moradores da Serra da Valéria, integrando-se às práticas cotidianas da comunidade e criando oportunidades de trabalho associadas ao uso sustentável do território.

Além disso, o contato frequente com os visitantes contribui para a construção de novas experiências de aprendizagem, nas quais os moradores desenvolvem habilidades relacionadas à condução dos passeios, à interação com turistas e à organização das atividades de visitação.

Adicionalmente, essa relação entre cultura, território e identidade pode ser observada nas artes pintadas nas casas da comunidade, onde têm sido palco de ações que fortalecem a valorização cultural e o sentimento de pertencimento. Nesse contexto, destaca-se o projeto artístico idealizado por Freyzer Andrade, coordenador do Instituto Serra da Valéria, cuja proposta, segundo entrevista concedida ao Amazonas Hoje (A Crítica), busca estabelecer uma

conexão entre estética, pertencimento, memória e meio ambiente, configurando-se como um gesto de resistência poética em territórios historicamente marginalizados, retratado nas fotos abaixo:

Figura 4. Palafita & Arte, ação do Movimento Tudo de Cor, da marca de tintas Coral.



Fonte: Acrítica, Amazonas hoje, ES Brasil.

Iniciado em junho de 2025, o projeto é realizado em parceria com o Instituto Serra da Valéria, a loja Casa das Correias e artistas locais. Entre eles, destacam-se o próprio Freyzer Andrade, artista plástico e visual natural da Serra da Valéria, reconhecido por sua trajetória internacional, e Liadora (Isabella), artista e ativista socioambiental mineira. Ambos participaram da concepção e da execução das pinturas realizadas nas residências da comunidade, promovendo intervenções que contribuem para a valorização da identidade local e para a ressignificação dos espaços comunitários (Portal Parintins Amazonas e Amazonas hoje – Acrítica, 2025).

Essas iniciativas evidenciam que o ecoturismo ultrapassa sua dimensão econômica, constituindo-se também como um espaço de fortalecimento da identidade cultural, de valorização do patrimônio local e de construção de vínculos comunitários. Nessa perspectiva, a atividade turística favorece processos contínuos de aprendizagem social, nos quais conhecimentos, experiências e práticas são compartilhados e constantemente adaptadas às necessidades da comunidade e às dinâmicas do turismo.

3.2. Mestres da Serra: Quem Ensina, Quem Aprende

Os dados obtidos nesta pesquisa também evidenciam que a transmissão dos saberes comunitários ocorre de forma significativa no interior das relações familiares e das redes de convivência local. Nesse contexto, a participação de diferentes membros da família nas atividades produtivas contribui para a continuidade das práticas associadas ao ecoturismo.

Durante a entrevista, um dos participantes relatou que o trabalho com artesanato era desenvolvido em colaboração com seus filhos, o que permitia compartilhar conhecimentos e dividir as responsabilidades relacionadas à produção e às demais atividades da família:

“A gente trabalhava assim, com meus filhos, de parceria. Até hoje nós estamos fazendo isso, e eles estão comigo.” Comunitário: SP.

Esse tipo de organização evidencia que o processo de aprendizagem comunitária envolve não apenas a aquisição de habilidades técnicas, mas também a construção de vínculos sociais e afetivos entre os membros da comunidade.

Além disso, os resultados indicam que as atividades produtivas relacionadas ao turismo frequentemente se articulam com outras formas de subsistência, como a pesca e a agricultura familiar. Conforme relatado pelo entrevistado: *“Nós temos também a pesca. Temos barco, temos rede. A nossa coisa também é de pesca.”* Comunitário: SP. Essa diversidade de atividades evidencia a dinâmica econômica da comunidade, na qual diferentes práticas produtivas se complementam e contribuem para a manutenção do modo de vida local.

A análise das entrevistas também revela que o desenvolvimento das atividades turísticas na comunidade envolve diferentes formas de cooperação entre os moradores. Mesmo sem a existência de uma estrutura formal de organização, como associações ou cooperativas, os próprios comunitários estabelecem formas de articulação para organizar as atividades relacionadas ao turismo.

Nesse contexto, observa-se a presença de práticas de governança comunitária, ainda que de maneira informal, baseadas na cooperação, na confiança e em acordos compartilhados entre os atores locais. Essas dinâmicas evidenciam a capacidade da comunidade de gerir coletivamente os recursos e as atividades turísticas, estabelecendo regras de uso, divisão de tarefas e formas de participação que contribuem para a organização do turismo na comunidade. Conforme argumenta Ostrom (1990), comunidades que compartilham recursos de uso comum tendem a desenvolver arranjos institucionais próprios, baseados em normas locais e mecanismos de autorregulação, capazes de garantir a gestão sustentável desses recursos. Tais práticas reforçam a autonomia local e a importância da gestão participativa na condução das atividades comunitárias.

Na narrativa dos participantes, observou-se que, diante da previsão de chegada de visitantes, os moradores se reúnem para discutir aspectos relacionados à organização das atividades, especialmente no que diz respeito ao transporte de turistas em canoas. *“Às vezes o pessoal faz reunião para ver como fica a movimentação da canoagem.”* Comunitário: RB. Esses encontros permitem que os moradores discutam questões práticas relacionadas à preparação das embarcações, à manutenção das canoas e à organização dos passeios oferecidos aos visitantes.

“Aí eles fazem essa organização da canoagem... tem das pinturas também, quando precisa pintar as canoas.” Comunitário: RB.

Embora essas práticas não estejam formalizadas em uma estrutura institucional rígida, elas demonstram a existência de mecanismos comunitários de coordenação das atividades turísticas. Essa forma de organização baseada na cooperação entre os moradores, evidencia a importância do conhecimento compartilhado e da experiência coletiva para o funcionamento do ecoturismo local.

Além disso, o entrevistado destacou que parte da manutenção das canoas ocorre com apoio de iniciativas externas vinculadas a instituições que atuam na região, evidenciando a presença de parcerias que contribuem para o desenvolvimento das atividades.

“O instituto ajuda a gente com a tinta para pintar as canoas.”

Essas interações entre comunidade e instituições externas revelam a existência de redes de apoio que podem contribuir para fortalecer as práticas de turismo de base comunitária. Nesse sentido, observa-se a constituição de arranjos de governança que articulam atores locais e externos, nos quais diferentes formas de cooperação e suporte institucional se complementam. Conforme aponta Ostrom (1990), a governança de recursos comuns pode envolver múltiplos níveis de organização, combinando iniciativas comunitárias com contribuições externas, sem que isso descaracterize a autonomia local. Assim, tais parcerias reforçam a capacidade organizativa da comunidade, ampliando seus recursos e possibilidades de gestão, ao mesmo tempo em que mantêm o protagonismo dos moradores na condução das atividades turísticas.

3.3. Saberes em Travessia: Riscos e Fragilidades na Preservação Cultural

Durante o percurso, observou-se que apesar da relevância dos processos de transmissão identificados no contexto comunitário, as narrativas também indicam a existência de desafios relacionados à continuidade desses saberes no longo prazo. A preservação das práticas

culturais associadas ao ecoturismo depende diretamente da manutenção das condições ambientais e sociais que sustentam o modo de vida local.

Nesse sentido, a continuidade desses saberes está intrinsecamente vinculada às dinâmicas cotidianas da comunidade, às formas de uso do território e às relações sociais que possibilitam sua transmissão entre gerações. Conforme destaca Giddens (2003), as práticas sociais são continuamente recriadas no tempo e no espaço, dependendo das condições que permitem sua reprodução. Assim, mudanças nas condições ambientais, nas formas de organização social ou nas dinâmicas econômicas podem impactar diretamente a permanência desses conhecimentos.

Durante a entrevista, um dos participantes relatou que precisou interromper suas atividades de produção artesanal devido a problemas de saúde, o que evidencia como determinadas condições podem afetar a continuidade dessas práticas: *“Eu fazia muito artesanato, mas agora não faço mais por causa da doença. Peguei diabetes e a vista ficou ruim.”* Comunitário: J.B

Esse tipo de situação revela a fragilidade de alguns processos de transmissão de saberes tradicionais, especialmente quando dependem da atuação de indivíduos específicos que acumulam conhecimentos ao longo da vida.

Dessa forma, a preservação dos saberes tradicionais não se limita à sua valorização simbólica, mas envolve a garantia de condições concretas para sua continuidade, incluindo a manutenção do território, o fortalecimento das relações comunitárias e a permanência das práticas tradicionais no contexto comunitário.

Os resultados do estudo sugerem que estratégias baseadas na cooperação comunitária e na gestão compartilhada dos recursos podem contribuir para a preservação dos saberes tradicionais e para a sustentabilidade das atividades de ecoturismo desenvolvidas na Serra da Valéria.

Os dados sugerem que mudanças futuras na biodiversidade da região podem influenciar a disponibilidade de recursos naturais utilizados nas práticas comunitárias. Esses recursos desempenham papel importante tanto na produção de artesanato quanto na construção das experiências oferecidas aos visitantes durante as atividades de ecoturismo. Alterações nesses elementos podem, portanto, afetar a continuidade de determinadas práticas socioculturais vinculadas ao território.

Outro aspecto mencionado pelo entrevistado refere-se à ausência de apoio institucional voltado ao fortalecimento das atividades produtivas da comunidade. Ao ser perguntado sobre

a existência de programas de apoio ou capacitação, o participante afirmou: *“Nunca tive ajuda da prefeitura, nem de empresa, nem de nada.”* Comunitário: S.P

Apesar disso, o próprio entrevistado reconhece a importância de iniciativas que possam contribuir para a formação das novas gerações e para a valorização das práticas comunitárias: *“Se tivesse oficina com os jovens para aprender, seria muito bom para a comunidade.”* Comunitário: S.P. Esse relato evidencia a percepção dos próprios moradores sobre a necessidade de iniciativas que fortaleçam a continuidade dos saberes locais, especialmente entre os jovens da comunidade.

Apesar das oportunidades geradas pelo ecoturismo, as análises também indicam desafios relacionados à organização das atividades e ao acesso a processos de formação ou capacitação voltados ao turismo comunitário.

Durante a entrevista, um dos participantes destacou a ausência de iniciativas de capacitação voltadas ao atendimento ao visitante e à qualificação das atividades turísticas desenvolvidas na comunidade.

Segundo o entrevistado, iniciativas de formação voltadas ao atendimento ao turista e à organização das atividades poderiam contribuir para fortalecer o trabalho desenvolvido pelos moradores: *“Gostaria de ter oficina, porque é difícil ter por aqui. Atendimento ao cliente seria bom.”* Comunitário: S.P.

Esse relato evidencia que, embora o ecoturismo represente uma oportunidade de geração de renda, ainda existem limitações relacionadas ao acesso a políticas públicas ou programas de capacitação voltados ao fortalecimento das atividades turísticas comunitárias.

Por outro lado, durante a entrevista, foi evidenciado como são as práticas de gestão de resíduos na comunidade. Ao ser questionado sobre o destino dos resíduos produzidos nas residências, os entrevistados relataram que a solução adotada é a queima ou o descarte em áreas específicas do território. Esse tipo de prática, revela desafios relacionados à gestão ambiental local, indicando a necessidade de iniciativas voltadas à orientação e ao fortalecimento de práticas de manejo ambiental adequadas.

Ainda assim, observa-se que o desenvolvimento das atividades de ecoturismo na Serra da Valéria apresenta potencial para contribuir com diferentes dimensões da sustentabilidade. Do ponto de vista econômico, o turismo representa uma fonte de renda que agrega em situações familiares dos moradores, podendo gerar valores significativos durante os períodos de visitação, além de estimular atividades complementares, como a produção artesanal, a oferta de serviços turísticos e visitação local, contribuindo para a circulação de recursos no

próprio território.

No plano social, a organização comunitária das atividades e os encontros entre moradores para discutir a logística dos passeios demonstram formas de cooperação, fortalecimento de vínculos e participação coletiva na gestão das atividades turísticas. Essas práticas evidenciam não apenas a divisão de responsabilidades, mas também a construção de acordos informais, baseados na confiança e na reciprocidade, que favorecem o protagonismo local e a coesão social.

Já na dimensão ambiental, a própria dependência do território e dos recursos naturais para a realização das atividades turísticas evidencia a importância da conservação ambiental para a continuidade do ecoturismo na região. A manutenção da paisagem, da biodiversidade e dos recursos hídricos configura-se como elemento central não apenas para a atratividade do destino, mas também para a reprodução das práticas culturais e econômicas associadas ao turismo.

Além disso, observa-se que essas três dimensões não se manifestam de forma isolada, mas de maneira interdependente e dinâmica, na medida em que a geração de renda está diretamente condicionada à integridade ambiental e à organização social da comunidade. Essa articulação dialoga com a concepção do tripé da sustentabilidade proposta por John Elkington (1997), que integra as dimensões econômica, social e ambiental como pilares indissociáveis do desenvolvimento sustentável. De forma complementar, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1987) já destacava que o desenvolvimento sustentável pressupõe a capacidade de atender às necessidades do presente sem comprometer as gerações futuras, reforçando a importância do equilíbrio entre essas dimensões.

Nesse contexto, o ecoturismo se configura não apenas como uma atividade econômica, mas como um campo de relações que envolve o uso do território, a valorização dos saberes locais e a necessidade de gestão equilibrada dos recursos disponíveis, abrindo espaço para reflexões mais aprofundadas sobre os limites, desafios e possibilidades desse processo.

Esses elementos indicam que o ecoturismo desenvolvido na Serra da Valéria possui potencial para contribuir com o fortalecimento da sustentabilidade local, articulando dimensões econômicas, sociais e ambientais associadas ao uso do território.

Nesse contexto, a governança comunitária emerge como um elemento relevante para a mitigação desses possíveis impactos. A participação ativa dos moradores nos processos de decisão relacionados ao uso dos recursos naturais e à organização das atividades turísticas contribui para o fortalecimento de mecanismos coletivos de gestão.

Ao mesmo tempo, as práticas de organização comunitária identificadas ao longo da pesquisa sugerem a existência de formas locais de gestão coletiva das atividades turísticas, que poderão ser analisadas de forma mais aprofundada no capítulo seguinte à luz da teoria da governança dos bens comuns proposta por Elinor Ostrom.

3.4. Pontes de Conhecimento: Diálogos entre Tradição e Educação

Os achados desta pesquisa indicam que os saberes comunitários presentes na Serra da Valéria possuem potencial para dialogar com diferentes formas de produção de conhecimento, incluindo a pesquisa científica e as políticas voltadas ao desenvolvimento sustentável.

A valorização desses saberes como formas legítimas de conhecimento permite ampliar as possibilidades de construção de estratégias participativas de gestão territorial, nas quais o conhecimento local é reconhecido como elemento fundamental para a compreensão das dinâmicas socioambientais da região.

Nesse cenário, o ecoturismo pode ser compreendido como um espaço de encontro entre diferentes epistemologias, no qual o conhecimento científico e o saber tradicional se articulam na construção de práticas voltadas à conservação ambiental e ao fortalecimento das comunidades locais.

A integração entre saberes comunitários, pesquisa acadêmica e iniciativas educacionais pode contribuir para o fortalecimento da autonomia da comunidade, favorecendo processos de gestão mais inclusivos e sustentáveis. Dessa forma, o reconhecimento e a valorização dos conhecimentos tradicionais tornam-se elementos estratégicos para a consolidação de modelos de desenvolvimento que respeitem as especificidades culturais e ambientais da Serra da Valéria.

A análise das entrevistas realizadas na comunidade da Serra da Valéria evidencia que o desenvolvimento do ecoturismo local envolve não apenas a transmissão de saberes tradicionais entre os moradores, mas também a interação crescente entre conhecimentos comunitários e iniciativas externas, como pesquisas acadêmicas, instituições de apoio e programas de capacitação.

Essas interações revelam a construção de espaços de diálogo entre diferentes formas de conhecimento, nos quais os saberes locais se articulam com propostas de formação, orientação técnica e iniciativas voltadas ao fortalecimento das atividades comunitárias.

Durante a entrevista com um dos moradores que atua no transporte de visitantes por meio de canoas, foi possível identificar a percepção de que iniciativas de capacitação poderiam contribuir para aprimorar o atendimento aos turistas e fortalecer as atividades desenvolvidas na comunidade.

O entrevistado destacou ainda que ações voltadas ao atendimento ao visitante e à qualificação das atividades turísticas poderiam auxiliar os moradores a desenvolver novas formas de interação com os visitantes e ampliar as possibilidades de organização das atividades turísticas.

Esse tipo de demanda evidencia que os moradores reconhecem a importância de acessar novos conhecimentos que possam contribuir para o aprimoramento das atividades relacionadas ao turismo, sem que isso signifique necessariamente a substituição dos saberes tradicionais construídos ao longo da história da comunidade.

Nesse sentido, observa-se que o ecoturismo pode funcionar como um espaço de encontro entre diferentes epistemologias, no qual os conhecimentos tradicionais sobre o território, como o manejo das trilhas, a condução de visitantes e o uso dos recursos naturais, dialogam com conhecimentos técnicos e científicos voltados ao desenvolvimento sustentável.

Além disso, a participação de moradores em encontros e reuniões ambientais fora da comunidade também demonstra a existência de processos de circulação de conhecimentos entre diferentes espaços institucionais e comunitários. Um dos entrevistados, que atualmente exerce função de coordenação na comunidade, relatou sua participação em encontros voltados a discussões ambientais realizados em outras localidades da região. Quando perguntado sobre reunião sobre políticas ambientais, o coordenador diz que já participou bastante, quando o setor das comunidades se reúne na Gleba de Vila Amazônia, localizada às margens do Rio Amazonas, representada geograficamente a seguir.

Figura 5. Mapa da distância entre a Serra da Valéria e a Vila Amazônia.



Fonte: Google Maps

Esses espaços de troca contribuem para ampliar o acesso da comunidade a debates relacionados à gestão ambiental, ao turismo sustentável e às políticas públicas voltadas ao desenvolvimento territorial.

Ao mesmo tempo, os relatos indicam que ainda existe uma lacuna na realização de atividades educativas diretamente voltadas aos moradores da comunidade. Quando questionado sobre a possibilidade de ações de educação ambiental voltadas aos comunitários, o entrevistado destacou que iniciativas desse tipo poderiam contribuir para fortalecer as práticas locais.

Esse tipo de percepção evidencia que o fortalecimento das atividades de ecoturismo na Serra da Valéria depende não apenas da valorização dos saberes tradicionais, mas também da construção de estratégias educativas e formativas que permitam ampliar a autonomia da comunidade na gestão das atividades turísticas e dos recursos naturais.

Nesse contexto, o diálogo entre saberes tradicionais, conhecimento científico e iniciativas educacionais pode contribuir para fortalecer o tripé da sustentabilidade associado ao ecoturismo local. No plano ambiental, o acesso a orientações e práticas de educação ambiental pode contribuir para aprimorar o manejo dos resíduos e a conservação dos recursos naturais utilizados nas atividades turísticas. No plano social, processos de formação e troca de conhecimentos podem fortalecer a participação comunitária e a autonomia local na organização das atividades. Já no plano econômico, a qualificação das práticas turísticas pode ampliar as oportunidades de geração de renda associadas ao turismo de base comunitária.

Dessa forma, observa-se que o ecoturismo na Serra da Valéria se configura como um espaço potencial de construção coletiva de conhecimentos, no qual os saberes tradicionais da comunidade dialogam com iniciativas externas e com a produção acadêmica. Esse processo de interação entre diferentes formas de conhecimento pode contribuir para fortalecer estratégias de gestão coletiva do território e dos recursos naturais, aspecto que será aprofundado no capítulo seguinte a partir da análise da governança dos bens comuns na comunidade.

Quadro 1. Síntese Analítica – Transmissão de Saberes e Sustentabilidade no Ecoturismo da Serra da Valéria

Categoria de análise	Evidências das entrevistas	Dimensão da sustentabilidade	Implicações para o ecoturismo
Transmissão de saberes comunitários	Aprendizado por observação, convivência e participação nas atividades turísticas	Social	Fortalecimento da identidade comunitária e continuidade dos saberes locais

Organização comunitária das atividades	Reuniões informais para organizar passeios, manutenção das canoas e logística das visitas	Social / Econômica	Coordenação coletiva das atividades turísticas
Uso dos recursos naturais no turismo	Passeios de canoa, banho de rio, uso do território e da paisagem natural como atrativo turístico	Ambiental / Econômica	Valorização dos recursos naturais como base da atividade turística
Geração de renda	Atividades como transporte de visitantes e venda de produtos durante as visitas	Econômica	Complementação da renda familiar
Memória territorial e formação da comunidade	Migração da comunidade de Itaboraí após grande cheia	Social / Ambiental	Construção histórica da relação entre comunidade e território
Desafios ambientais	Produção de resíduos durante visitas e ausência de sistemas estruturados de gestão ambiental	Ambiental	Necessidade de educação ambiental e estratégias de manejo
Diálogo entre saberes locais e externos	Participação em reuniões ambientais e interesse por capacitações e oficinas	Social / Institucional	Possibilidade de fortalecimento do turismo de base comunitária

Fonte: Dados da pesquisa (2026)

A análise das entrevistas realizadas na comunidade da Serra da Valéria permitiu compreender que a transmissão dos saberes comunitários ocorre principalmente por meio da convivência cotidiana, da observação e da participação nas práticas produtivas e turísticas desenvolvidas no território. Esses processos de aprendizagem, construídos coletivamente ao longo do tempo, evidenciam a importância da oralidade e da experiência prática como mecanismos fundamentais para a continuidade dos conhecimentos locais.

Os relatos dos moradores demonstram que o ecoturismo vem se consolidando como uma atividade que articula diferentes dimensões da vida comunitária. No plano econômico, a atividade turística representa uma alternativa de geração e complementação de renda para algumas famílias da comunidade. No plano social, o turismo contribui para fortalecer as relações de cooperação entre os moradores, especialmente na organização das atividades de recepção aos visitantes e na manutenção das estruturas utilizadas durante os passeios. Já na dimensão ambiental, observa-se que a própria dependência dos recursos naturais para a realização das atividades turísticas reforça a importância da conservação do território e da

paisagem que compõem os atrativos da comunidade.

Ao mesmo tempo, os dados empíricos revelam desafios relacionados à gestão ambiental e à organização das atividades turísticas, especialmente no que diz respeito ao manejo de resíduos durante os períodos de visitação e ao acesso a iniciativas de formação e capacitação voltadas ao turismo comunitário. Esses aspectos indicam que o fortalecimento do ecoturismo local depende não apenas da valorização dos saberes tradicionais, mas também da construção de estratégias que promovam o diálogo entre o conhecimento comunitário, as políticas públicas e as iniciativas de apoio institucional.

Nesse contexto, o ecoturismo na Serra da Valéria se apresenta como um espaço de interação entre memória, território e saberes comunitários, no qual os conhecimentos tradicionais desempenham papel fundamental na construção das práticas que sustentam a atividade turística local. Esses saberes, transmitidos entre gerações e continuamente adaptados às transformações sociais e ambientais, constituem a base sobre a qual se estruturam as formas de organização comunitária relacionadas ao uso dos recursos naturais.

Dessa forma, observa-se que a continuidade das práticas de ecoturismo na comunidade está diretamente associada à capacidade coletiva dos moradores de organizar, manejar e preservar os recursos naturais que sustentam suas atividades. Essa dimensão coletiva do uso e da gestão dos recursos naturais remete à discussão sobre a governança dos bens comuns, que será aprofundada no capítulo seguinte, a partir da análise das formas de organização comunitária e das estratégias locais de gestão do território e das atividades turísticas.

CAPÍTULO 4: GOVERNANÇA DOS COMUNS NO ECOTURISMO DA SERRA DA VALÉRIA

Este capítulo analisa como as práticas comunitárias e os saberes locais estruturam formas de organização e gestão dos recursos naturais utilizados nas atividades de ecoturismo na Serra da Valéria. A partir das narrativas dos moradores, busca-se compreender de que maneira o uso coletivo do território, das trilhas, do rio e de outros recursos naturais se articula com práticas comunitárias de organização e cooperação.

A análise das entrevistas evidencia que o ecoturismo na comunidade não se desenvolve a partir de estruturas formais complexas de gestão, mas sim por meio de arranjos comunitários construídos ao longo do tempo, nos quais a cooperação entre os moradores, a experiência compartilhada e o conhecimento do território desempenham papel fundamental na organização das atividades.

Essas práticas podem ser interpretadas à luz da discussão sobre governança dos bens comuns proposta por Elinor Ostrom, que destaca a capacidade de comunidades locais de estabelecer regras, mecanismos de cooperação e formas de monitoramento coletivo para garantir o uso sustentável de recursos compartilhados.

4.1. Entre Trilhas e Saberes: Práticas Comunitárias no Ecoturismo

Os dados da pesquisa indicam que o ecoturismo na Serra da Valéria se estrutura a partir do uso coletivo de diferentes recursos naturais presentes no território da comunidade. Entre esses recursos destacam-se o rio, as trilhas naturais e a paisagem local, que compõem os principais atrativos turísticos da região e são mobilizados pelos moradores para a recepção dos visitantes.

Durante a pesquisa de campo, um dos entrevistados relatou que sua principal atividade dentro do turismo consiste na condução de visitantes em passeios de canoa, levando os turistas até pontos específicos utilizados para banho de rio e contemplação da paisagem.

Essa atividade demonstra como o conhecimento prático sobre o território, acumulado pelos moradores ao longo do tempo, se transforma em um recurso fundamental para a realização das experiências turísticas oferecidas na comunidade.

Além das atividades relacionadas ao artesanato, ao comércio local e à organização do receptivo turístico, as entrevistas também revelam a presença de outras formas de participação da comunidade nas atividades de ecoturismo, especialmente por meio do transporte de

visitantes pelos rios e igarapés da região.

Durante a entrevista realizada com D.C, moradora da comunidade, foi possível compreender como essa atividade se integra à dinâmica econômica familiar. Segundo ela, embora sua principal atividade esteja relacionada à agricultura, seu esposo também atua no transporte turístico, realizando passeios com visitantes em canoa.

De acordo com a entrevistada, os passeios realizados costumam levar os turistas a paisagens naturais próximas da comunidade e a outros pontos da região, como lagos e comunidades vizinhas. *“Ele leva... geralmente procura esses pontos específicos... os lagos por aqui que estão perto.”* Comunitário: SR

Essas atividades demonstram como o conhecimento territorial acumulado pelos moradores se transforma em um recurso essencial para o desenvolvimento do ecoturismo local. Ao conhecer os percursos, as paisagens e os ambientes naturais da região, os moradores conseguem oferecer experiências que valorizam o contato dos visitantes com a natureza amazônica.

Além das atividades relacionadas ao transporte de visitantes e à comercialização de artesanato, o turismo também aparece nas narrativas dos moradores como uma importante fonte de renda complementar para as famílias da comunidade. Durante a entrevista, a participante D.C. destacou que, embora a agricultura continue sendo uma atividade central para a subsistência familiar, o turismo contribui significativamente para a economia local durante os períodos de visitação.

Esse relato evidencia que o ecoturismo desempenha um papel relevante na diversificação das fontes de renda da comunidade, especialmente nos períodos de chegada dos navios turísticos. Nesse contexto, diferentes moradores passam a participar das atividades econômicas associadas ao turismo, seja por meio da venda de artesanato, da oferta de alimentos ou da condução de visitantes em passeios pela região.

Além disso, foi possível observar que as atividades se desenvolvem principalmente a partir de iniciativas individuais das famílias, sem necessariamente existir uma estrutura coletiva formal para definir as funções de cada participante dentro da atividade turística.

Ao ser questionada sobre a existência de reuniões comunitárias para organizar as atividades relacionadas ao turismo, a participante D.C. explicou: *“Geralmente cada um procura organizar o seu... é livre.”*

Esse tipo de organização evidencia que o ecoturismo na Serra da Valéria se estrutura a partir de uma lógica de autonomia individual combinada com uma dinâmica coletiva mais

flexível, na qual os moradores reconhecem as atividades desempenhadas por outros participantes da comunidade.

Mesmo assim, a entrevistada reconhece que uma maior organização coletiva poderia contribuir para melhorar a distribuição das oportunidades econômicas geradas pelo turismo. *“Se tivesse uma organização... com certeza seria melhor.”* Comunitário: SR

Esse relato demonstra que os próprios moradores percebem a necessidade de fortalecer mecanismos de coordenação entre os participantes da atividade turística, especialmente em relação à distribuição das oportunidades de trabalho durante os períodos de visitação.

Além das atividades de condução de visitantes, a organização do receptivo turístico envolve a atuação de moradores que assumem funções estratégicas na coordenação das atividades durante os períodos de visitação. Nesse contexto, destaca-se a atuação do coordenador do receptivo, conhecido na comunidade e arredores, desempenha um papel central na articulação do receptivo turístico local.

Embora não exista uma estrutura formal de gestão das atividades relacionadas à recepção de visitantes, sua atuação evidencia a importância da liderança comunitária na organização das ações desenvolvidas. Essa dinâmica demonstra que a coordenação das atividades depende, em grande medida, da iniciativa e do comprometimento de atores locais, o que reforça a necessidade de fortalecer os mecanismos de governança. Nesse sentido, a ampliação da participação de outros agentes comunitários, aliada ao apoio do poder público municipal, pode contribuir para a distribuição das responsabilidades, o fortalecimento da organização coletiva e o aprimoramento do receptivo turístico.

Em conversa com o coordenador responsável, parte da infraestrutura utilizada durante as visitas foi construída a partir de iniciativas individuais, com o objetivo de melhorar as condições de recepção dos visitantes e organizar o espaço utilizado pelos vendedores e demais participantes das atividades turísticas.

O entrevistado explica que a maior parte da estrutura é mantida com a colaboração dos vendedores que participam das atividades durante a chegada dos navios turísticos. Segundo ele, essa contribuição ajuda a garantir a manutenção dos espaços utilizados na recepção dos visitantes: *“A gente cobra dois dólares por navio dos vendedores... aí com essa colaboração eu compro tinta, ajeito a madeira, faço os consertos.”*

Essa forma de organização revela a existência de mecanismos locais de manutenção da infraestrutura utilizada nas atividades turísticas, baseados em acordos informais estabelecidos entre os moradores que participam do receptivo. Mesmo sem a presença de uma

estrutura institucional formal, observa-se a construção de práticas comunitárias voltadas à manutenção e melhoria dos espaços utilizados na atividade turística.

Outro aspecto mencionado pelo entrevistado refere-se à dinâmica de chegada de vendedores e visitantes de outras comunidades próximas, que também participam das atividades durante os períodos de visitação. *“Quando o navio chega vem gente de Santa Rita, Betel, Santa Maria e São Paulo... aí isso aqui fica cheio de gente.”*

Esse fluxo demonstra que o ecoturismo na Serra da Valéria não envolve apenas os moradores da comunidade, mas também outros atores da região que participam da rede de atividades associadas ao turismo. Esse movimento amplia a complexidade da organização local, exigindo mecanismos de coordenação e gestão do espaço utilizado durante as visitas.

Nesse contexto, o entrevistado também destaca os desafios relacionados à organização dessas atividades, especialmente quando parte dos participantes não segue os acordos estabelecidos para utilização dos espaços de venda.

Esse tipo de situação evidencia que a gestão das atividades turísticas envolve processos contínuos de negociação e construção de regras informais entre os participantes. Ainda assim, observa-se que moradores como o responsável do receptivo, assumem papel ativo na tentativa de organizar essas dinâmicas e garantir melhores condições para o funcionamento do receptivo turístico.

Dessa forma, as práticas observadas na comunidade demonstram que a organização do ecoturismo na Serra da Valéria se constrói a partir de arranjos comunitários baseados na cooperação, na experiência compartilhada e na atuação de lideranças locais que articulam diferentes atores envolvidos na atividade turística. Essas formas de organização evidenciam a capacidade da comunidade de estabelecer mecanismos próprios de coordenação do uso dos recursos e da infraestrutura associada ao turismo, aspecto que dialoga com as discussões sobre governança comunitária dos recursos comuns.

4.2. Território Vivo: Identidade, Natureza e Bem-Estar Coletivo

A dinâmica de interação entre os diferentes atores envolvidos na gestão dos recursos pode ser interpretada à luz da Teoria dos Jogos, abordagem que analisa como indivíduos ou grupos tomam decisões estratégicas em contextos de interdependência. Nesse sentido, cada ator social, como membros da comunidade, instituições locais e demais agentes envolvidos, assume o papel de “jogador”, cujas escolhas em relação ao uso, manejo ou conservação dos recursos influenciam os resultados coletivos. A partir dessa perspectiva, o conceito de

Equilíbrio de Nash, formulado por John Forbes Nash Jr., permite compreender situações em que as estratégias adotadas pelos atores tendem à estabilidade, pois nenhum deles possui incentivo para alterar unilateralmente seu comportamento diante das decisões dos demais. No contexto da governança de recursos de uso comum, a presença de regras compartilhadas, mecanismos de monitoramento e formas de cooperação coletiva, princípios discutidos por Elinor Ostrom, pode alterar os incentivos individuais e favorecer a construção de equilíbrios cooperativos, contribuindo para o uso sustentável dos recursos e para a manutenção das relações sociais que sustentam a gestão comunitária.

As entrevistas realizadas na comunidade da Serra da Valéria revelam que a relação entre os moradores e o território ultrapassa a dimensão econômica associada às atividades turísticas. O território aparece nas narrativas como espaço de memória, pertencimento e continuidade da vida comunitária, no qual as práticas produtivas, sociais e culturais se desenvolvem de forma integrada.

O relato de um dos moradores mais antigos da comunidade evidencia que a ocupação da Serra da Valéria está diretamente relacionada às dinâmicas ambientais da região amazônica. Segundo ele, sua família se deslocou para a comunidade após uma grande cheia que atingiu a comunidade de Itaboraí, onde viviam anteriormente, em frente à Serra.

“A gente veio de lá da cheia grande... foi tudo ‘pro’ fundo lá em casa. Era só pra passar a cheia, mas ficamos de vez.” Comunitário: S.R

Esse episódio demonstra como as transformações ambientais da região influenciam os processos de ocupação e organização das comunidades ribeirinhas. Ao longo do tempo, os moradores passaram a construir uma relação de pertencimento com o território, desenvolvendo conhecimentos práticos sobre o ambiente e sobre as possibilidades de uso dos recursos naturais presentes na região.

No contexto do ecoturismo, essa relação com o território ganha novas dimensões, uma vez que os elementos naturais que compõem o espaço comunitário, como o rio, a paisagem e a biodiversidade local, passam a integrar as experiências oferecidas aos visitantes. Assim, a conservação desses recursos se torna também uma condição fundamental para a continuidade das atividades turísticas.

Os relatos dos entrevistados indicam ainda que o cuidado com o território envolve práticas coletivas de monitoramento e organização do espaço utilizado durante os períodos de visitação. Um exemplo disso pode ser observado na atuação de moradores que se mobilizam

para organizar o receptivo turístico, preparar a infraestrutura e orientar os visitantes durante as atividades.

Nesse contexto, o papel desempenhado por atores locais, ao atuar na organização do espaço de recepção, na manutenção de estruturas e na articulação entre diferentes participantes da atividade turística, ele contribui para garantir que o fluxo de visitantes ocorra de forma organizada dentro do território comunitário.

Essas práticas demonstram que, mesmo na ausência de regras formalizadas em documentos institucionais, a comunidade desenvolve formas próprias de organização e monitoramento do uso dos recursos naturais e dos espaços coletivos. Esse tipo de arranjo se aproxima de um dos princípios discutidos na literatura sobre governança dos recursos comuns, que destaca a importância do monitoramento local realizado pelos próprios usuários dos recursos.

Outro aspecto importante destacado pela entrevistada refere-se às questões ambientais associadas à presença de visitantes na comunidade. Segundo a participante D.C., embora os moradores procurem manter o ambiente organizado, nem sempre os visitantes demonstram o mesmo cuidado com o território: *“A gente tem a consciência de manter o ambiente organizado, mas muitas pessoas deixam lixo.”*

Essa observação evidencia um desafio recorrente em destinos de ecoturismo: a necessidade de estabelecer estratégias de gestão ambiental que envolvam tanto os moradores quanto os visitantes. Além disso, a cooperação entre os moradores para manter a infraestrutura e organizar as atividades turísticas contribui para fortalecer o sentimento de pertencimento e responsabilidade coletiva sobre o território, reconhecendo que a preservação ambiental é essencial para a continuidade das atividades turísticas. Dessa forma, o ecoturismo passa a desempenhar também um papel social relevante na comunidade, ao estimular práticas de colaboração e reforçar vínculos entre os moradores.

4.3. Reconhecimento em Disputa: Instituições e Políticas de Ecoturismo

Embora a comunidade da Serra da Valéria tenha desenvolvido formas próprias de organização das atividades turísticas, os relatos dos entrevistados indicam que ainda existem desafios relacionados à articulação entre as práticas comunitárias e as instituições responsáveis pelas políticas públicas de turismo e meio ambiente.

Durante a entrevista, um dos moradores destacou a ausência de iniciativas mais frequentes de capacitação voltadas ao atendimento turístico e à qualificação das atividades

desenvolvidas na comunidade. Esse tipo de demanda revela que os moradores reconhecem a importância de acessar novos conhecimentos que possam contribuir para melhorar a organização das atividades turísticas e ampliar as oportunidades econômicas associadas ao ecoturismo.

Outro aspecto mencionado nas entrevistas refere-se aos desafios relacionados à gestão ambiental durante os períodos de visitação. Segundo um dos participantes da pesquisa, parte dos resíduos gerados durante as visitas acaba sendo descartada de forma inadequada no território da comunidade.

Mesmo diante dessas dificuldades, os relatos indicam que os próprios moradores assumem a responsabilidade pela limpeza e organização do espaço comunitário após as visitas: *“Os comunitários mesmo fazem a limpeza.”* Comunitário: A.L

Esse tipo de prática demonstra a existência de mecanismos locais de responsabilidade coletiva sobre o território. Ainda que essas práticas não estejam formalizadas em normas institucionais, elas revelam uma forma de governança comunitária baseada na cooperação entre os moradores.

Ao mesmo tempo, a presença de atores externos, como instituições públicas, organizações de apoio e visitantes, introduz novas dinâmicas na organização do ecoturismo local. Essas interações podem gerar tanto oportunidades de fortalecimento das atividades comunitárias quanto tensões relacionadas ao reconhecimento institucional das práticas locais.

Nesse contexto, essa articulação revela a complexidade dos arranjos institucionais presentes no território, nos quais diferentes atores participam da construção das regras e práticas que orientam o uso dos recursos naturais e das atividades turísticas.

Quadro 2. Governança dos comuns no ecoturismo da Serra da Valéria

Princípios de governança	Evidência nas entrevistas	Prática observada na comunidade
Definição de limites de uso	Organização do espaço de venda e circulação durante a chegada dos navios	Coordenação do receptivo turístico
Monitoramento do uso dos recursos	Moradores observam e organizam o fluxo de visitantes	Atuação de lideranças locais
Regras coletivas	Contribuição financeira dos vendedores para manutenção da infraestrutura	Organização informal da manutenção do espaço turístico
Responsabilidade compartilhada	Limpeza realizada pelos próprios comunitários	Cuidado coletivo com o território
Interação com instituições externas	Participação em reuniões ambientais e interesse por capacitações	Relação com órgãos públicos e projetos externos

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida neste estudo evidencia que a governança do ecoturismo na região da Serra da Valéria se estrutura, predominantemente, a partir de práticas comunitárias fundamentadas na cooperação entre os moradores, na construção coletiva de conhecimentos e na experiência histórica de uso e ocupação do território. Ainda que não existam mecanismos institucionais plenamente formalizados ou sistemas consolidados de gestão turística, observa-se a presença de arranjos organizacionais locais capazes de orientar o funcionamento das atividades relacionadas ao ecoturismo, especialmente no que se refere à recepção de visitantes, à organização dos serviços ofertados, à manutenção da infraestrutura comunitária e à preservação dos recursos naturais utilizados pelas comunidades.

Nesse contexto, as lideranças comunitárias e os demais atores locais assumem papel estratégico na articulação das atividades turísticas e na mediação das relações estabelecidas entre moradores, visitantes, operadores turísticos e demais agentes envolvidos na dinâmica do território. Tais atores contribuem para a definição de regras informais de convivência, para a organização do uso coletivo dos espaços e para a construção de mecanismos de cooperação voltados à manutenção da atividade turística. Essas práticas revelam a existência de formas locais de governança dos recursos comuns, alinhadas às discussões sobre gestão comunitária e ação coletiva, nas quais os saberes tradicionais, os vínculos sociais e o sentimento de pertencimento desempenham função essencial na conservação do território e na continuidade das atividades desenvolvidas pelas comunidades.

Ao mesmo tempo, a pesquisa evidencia que o avanço do ecoturismo na Serra da Valéria também apresenta desafios significativos relacionados à gestão ambiental, à qualificação profissional, à infraestrutura, ao ordenamento da atividade turística e à limitada articulação entre as comunidades e as políticas públicas voltadas ao turismo sustentável. Tais aspectos demonstram a necessidade de fortalecimento de estratégias participativas que ampliem o diálogo entre poder público, instituições de apoio, organizações comunitárias e demais atores sociais envolvidos, de modo a promover ações integradas de planejamento, conservação ambiental e desenvolvimento local.

Além disso, observa-se que as experiências comunitárias presentes na Serra da Valéria refletem importantes dimensões do tripé da sustentabilidade, uma vez que o ecoturismo contribui para a geração de renda e fortalecimento da economia local, incentiva a valorização dos conhecimentos tradicionais e das práticas culturais das comunidades e, simultaneamente, reforça a necessidade de conservação dos recursos naturais que sustentam a atividade turística.

Nesse sentido, o ecoturismo ultrapassa sua dimensão econômica e passa a constituir-se como instrumento de fortalecimento territorial, reconhecimento identitário e mobilização coletiva em torno da proteção dos bens comuns.

Dessa forma, o estudo contribui para ampliar as discussões acerca da governança comunitária e do uso sustentável de recursos comuns no contexto amazônico, evidenciando que iniciativas de ecoturismo baseadas no protagonismo local possuem potencial para promover desenvolvimento territorial mais participativo e socialmente sustentável. Ao reconhecer a centralidade das comunidades na gestão do território e das atividades turísticas, reforça-se a importância da construção de políticas públicas que considerem as especificidades socioculturais amazônicas, valorizem os modos de vida tradicionais e fortaleçam mecanismos coletivos de organização e tomada de decisão nas comunidades envolvidas com o turismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGRAWAL, Arun. Common resources and institutional sustainability. In: OSTROM, Elinor et al. The drama of the commons. Washington: National Academy Press, 2002.

ALVES, J. A. Turismo, recursos de uso comum e conflitos socioambientais em Pipa-Tibau do Sul/RN: uma perspectiva à luz dos princípios de Ostrom. Tese do Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais da Universidade Federal de Campina Grande/PB. 2018.

AMAZONAS (ESTADO). Amazonastur. Agência Amazonas. Amazonas recebe último navio da Temporada de Cruzeiros 2024/2025. Disponível em: <https://www.agenciaamazonas.am.gov.br/noticias/amazonas-recebe-ultimo-navio-da-temporada-de-cruzeiros-2024-2025/>. Acesso em: 30 jul. 2025

ANDRADE, F. A. V. Meliponicultores do Rio Urubu: análise da dinâmica e sustentabilidade da produção de mel de abelhas indígenas sem ferrão no município de Boa Vista do Ramos/AM – Campinas, SP. 2022

AZEVEDO FILHO, João D’Anuzio Menezes de. A Produção e a percepção do turismo em Parintins, Amazonas. Tese – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Geografia – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-22102013-124506/pt-br.php>. Acesso em janeiro. 2024.

BASTOS, L; BIAR, L. Análise de narrativa e práticas de entendimento da vida social. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-445083363903760077>. Acesso em 2023.

BENI, Mário Carlos. Análise estrutural do turismo. 14. ed. São Paulo: SENAC, 2010.

BRAGA, Adriana. Etnografia segundo Christine Hine: abordagem naturalista para ambientes digitais. Revista da ANPPG- Comunicação. Brasília, v.15, n.3, set./dez. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.30962/ec.856>. Acesso em janeiro de 2024.

CARIA, T. A construção etnográfica do conhecimento em ciências sociais: reflexividade e fronteiras. Ed. Afrontamento. Porto. 2002. Disp. em: academia.edu. Acesso: 2023.

COOPER, Chris et al. Turismo: princípios e práticas. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2007.

DIAS, Naia Maria Guerreiro. Sítio arqueológico da região de Valéria/Am: Educação patrimonial e turismo. Artigo. VII FIPED. Campina Grande, Vol. 1 Ed. 4, ISSN 2316-1086, Realize editora, 2015. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/fiped/2015>. Acesso em fevereiro. 2025.

DIAS, Reinaldo. Turismo sustentável e meio ambiente. São Paulo: Atlas, 2008.

DUTRA, Gracy Kelly Monteiro. Uma cultura das florestas na Amazônia: a região da Valéria em Parintins/AM (1960 - 2022). Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis, 2023. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/250145>

ELIAS, Norbert; SCOTSON, Jhon L. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. Formação (Online), Presidente Prudente, v. 1, n. 10, 2012. DOI: 10.33081/formacao.v1i10.1120. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/1120>. Acesso em: março. 2025.

ELKINGTON, John. Cannibals with forks: the triple bottom line of 21st century business. Oxford: Capstone, 1997.

FENNELL, David A. Ecotourism. 4. ed. London: Routledge, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.4324/9780203382110>

FENNELL, David A. Ecotourism. 5. ed. London: Routledge, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4324/9780429346293>

FREIRE, José; ALMEIDA, Maria Geralda de. Educação ambiental e ecoturismo: interfaces e perspectivas. Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v. 11, n. 3, p. 455-472, 2018.

GIBSON, Clark et al. Local enforcement and better forests. World Development, v. 33, n. 2, p. 273-284, 2005.

GIL, A. C. Como elaborar Projetos de Pesquisa. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2008.

GOODWIN, Harold. Responsible tourism: using tourism for sustainable development. 2. ed. Oxford: Goodfellow Publishers, 2017.

GUILHERME, MARCELO. Comunidade ribeirinha de Parintins recebe projeto de residência artística e transformação social. Acrítica portal. 2025. Disponível em: <https://www.acritica.com/geral/comunidade-ribeirinha-de-parintins-recebe-projeto-de-residencia-artistica-e-transformac-o-social-1.378325>. Acesso em: Jan. 2026

IRVING, Marta de Azevedo. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In: BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (org.). Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

KRIPPENDORF, Jost. Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. 3. ed. São Paulo: Aleph, 2000.

LIMA, H. Instituto Serra da Valeria inaugura primeira galeria de arte do interior da Amazônia. 2025. Disponível em: <https://parintinsamazonas.com.br/noticia/instituto-serra-da-valeria-inaugura-primeira-galeria-de-arte-do-interior>. Acesso em: Jan. 2026

LOBATO, R. B. Cartografia: sua linguagem, narrativas e prática social. Revista Triângulo, Uberaba - MG, v. 17, n. 1, p. 137–156, 2024. DOI: 10.18554/rt.v17i1.7403. Disponível em: <https://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/revistatriangulo/article/view/7403>. Acesso em: 30 mar. 2025.

MANTOVANELI JR., O.; SAMPAIO, C. A. C. Governança para o desenvolvimento territorial sustentável. Revista Brasileira de Ciências Ambientais, n. 18, p. 77-88, 2010.

Disponível em:

[RBCIAMB](https://www.rbciamb.com.br/Publicacoes_RBCIAMB/article/view/372?utm_source=chatgpt.com). Acesso em: 11 maio 2026.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa. 5ª Edição, Atlas, São Paulo. 2002.

MENEZES, E. C. de O. et al. Governança dos recursos de uso comum e desenvolvimento territorial sustentável: análise dos arranjos institucionais da pesca na grande Florianópolis. Revista de Gestão Social e Ambiental, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 22-40, jan./abr. 2016.

MENEZES, E. C. de O; SERVA, M. R., Ronconi, L. F. de A. Governança dos recursos de uso comum e desenvolvimento territorial sustentável: análise dos arranjos institucionais da pesca na grande Florianópolis. RGSA, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 22-40, jan./abr. 2016.

MENEZES, Thaís Zucheto de. Cruzeiros de Luxo no Rio Amazonas: da regulação ao uso corporativo do território. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas / USP. Dep. de Geografia. São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-09102018-103057/en.php>

MINISTÉRIO DO TURISMO (BRASIL). Ecoturismo: orientações básicas. Brasília: Ministério do Turismo, 2008.

MOSCARDO, Gianna. Building community capacity for tourism development. Wallingford: CABI, 2008.

NUNES, Nilson Santarém. O Ecoturismo na Amazônia Brasileira. 2012. Universidade do Porto. Artigo disponível em: academia.edu. Acesso em janeiro de 2024.

NUNES, Nilson Santarém. O ecoturismo na Amazônia brasileira. Universidade do Porto, 2012.

OSTROM, E. Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action. Nova York: Cambridge University Press, 1990.

OSTROM, Elinor. A General Framework for Analyzing Sustainability of Social-Ecological Systems. Science, v. 325, n. 5939, 2009.

OSTROM, Elinor. A general framework for analyzing sustainability of social-ecological systems. Science, v. 325, n. 5939, p. 419-422, 2009.

OSTROM, Elinor. Governing the commons: the evolution of institutions for collective action. New York: Cambridge University Press, 1990.

PAULA, Milena Camargo de. Arranjos Institucionais de manejo e extrativismo do açaí nas áreas de uso comum na comunidade de São Carlos do Jamari (RO). São Carlos – SP. 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/16160>. Acesso em janeiro de 2024.

PAULA, Milena Camargo de. Arranjos institucionais de manejo e extrativismo do açaí nas áreas de uso comum na comunidade de São Carlos do Jamari (RO). 2021. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021.

PERALTA, Nelissa. Ecoturismo de base comunitária na Amazônia: uma análise comparativa. Observatório de Inovação do Turismo - Rio de Janeiro, ABR. 2012. Disponível em: www.ebape.fgv.br/revistaoit. Acesso em dezembro de 2023.

PERALTA, Nelissa. Ecoturismo de base comunitária na Amazônia: uma análise comparativa. Observatório de Inovação do Turismo, Rio de Janeiro, abr. 2012.

QUARESMA, Helena; CAMPOS, Helder. Turismo sustentável e ação coletiva. Revista Turismo em Análise, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 139-154, 2006.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornelia. Etnografia: Saberes e Práticas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/30176/000673630.pdf>.

RUBIM, Linda et al. Governança e atores privados no desenvolvimento sustentável. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 39, n. 4, p. 811-830, 2005.

SAHAGOFF, Ana Paula. Pesquisa narrativa: uma metodologia para compreender a experiência humana. SEPesq. 2015. Disponível em: <http://cienciasecognicao.org>. Acesso em janeiro de 2024.

SILVA, Leonardo F. da; MANTOVANELI JR., O.; SAMPAIO, Carlos A. C. Desenvolvimento turístico regional: governança e territorialidade no caso da Oktoberfest Blumenau (Santa Catarina, Brasil). Turismo e Sociedade, v. 7, n. 1, 2014. DOI: 10.5380/tes.v7i1.37147.

SOUZA, Agnaldo Corrêa de. A tradução do turismo na região da Valéria para a emancipação social. Artigo. 2018. Disponível em: <https://doity.com.br/media/doity/submissoes/artigo-c8751252bac2ade3bf0e12d0def1f30e6488d2d4-arquivo.pdf>. Acesso em janeiro de 2024.

SOUZA, Agnaldo Corrêa de. A tradução do turismo na região da Valéria para a emancipação social. 2018. Disponível em: [Doity Eventos Científicos](https://doity.com.br/media/doity/submissoes/artigo-c8751252bac2ade3bf0e12d0def1f30e6488d2d4-arquivo.pdf?utm_source=chatgpt.com). Acesso em: 11 maio 2026.

THE INTERNATIONAL ECOTOURISM SOCIETY (TIES). What is ecotourism? Washington, 2015. Disponível em: [The International Ecotourism Society](https://ecotourism.org/what-is-ecotourism/?utm_source=chatgpt.com). Acesso em: 11 maio 2026.

VIEIRA, Paulo Freire. Governança ambiental e atores sociais na gestão de recursos naturais. Florianópolis: UFSC, 2019.

WEAVER, David. Ecotourism. 2. ed. Milton: John Wiley & Sons, 2008.

WEAVER, David; FENNELL, David. The evolution of ecotourism as a research field. Journal of Ecotourism, v. 14, n. 1, p. 1-14, 2015.

APÊNDICE A – Questionário de Pesquisa Semiestruturado

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PARA RECURSOS AMAZÔNICOS

Questionário - Identificação dos Conhecimentos Tradicionais Relacionados às atividades de Ecoturismo

Comunidade:_____

Data:_____/_____/_____.

PARTE 1. IDENTIFICAÇÃO PESSOAL DO (A) INFORMANTE

Nome (opcional):_____

Sexo: () Feminino () Masculino () Outro_____

Idade:

() menor de 21 anos

() 40 a 44

() 21 a 24

() 45 a 49

() 25 a 29

() 50 a 54

() 30 a 34

() 55 a 59

() 35 a 39

() Acima de 60 anos:_____

Estado Civil:

() Solteiro () União Estável () Separado () Casado () Viúvo

() Outros: _____

Você tem filhos?

() Não

() Sim. Quantos? _____

Com quem você mora?

() Sozinho () Com pais e irmãos. Quantos irmãos? ____

() Com a esposa/companheira () Com esposa e filhos. Quantos filhos? ____

() Com amigos: _____ () Com outros parentes: _____

() Outros:_____

Nível de Escolaridade:

- ☐ Não alfabetizado
- ☐ Alfabetizado
- ☐ Ensino fundamental incompleto
- ☐ Ensino fundamental completo
- ☐ Ensino médio incompleto
- ☐ Ensino médio completo
- ☐ Ensino superior incompleto
- ☐ Ensino superior completo
- ☐ Outros: _____

Onde você nasceu?

- ☐ Parintins ☐ Manaus ☐ Na própria comunidade que reside.
- ☐ Outro: _____

Parte 2. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

Possui acesso à energia elétrica? ☐ Sim ☐ Não

Equipamentos domésticos?

- ☐ TV ☐ Antena parabólica ☐ Aparelho de Som/Rádio ☐ Geladeira ☐ Freezer
- ☐ Ventilador ☐ Ar condicionado ☐ Fogão a gás ☐ Ferro de Passar ☐ Liquidificador ☐ DVD ☐ Telefone celular ☐ Máquina de lavar ☐ Computador
- ☐ Impressora
- Outros: _____

QUE FONTE DE ÁGUA UTILIZAM NA PROPRIEDADE:

- ☐ rio
- ☐ encanada
- ☐ poço artesiano próprio
- ☐ poço artesiano da comunidade
- ☐ outro: _____

Há divisão do trabalho (das tarefas) entre homens, mulheres e crianças/jovens?
Descreva qual parte você e sua família exercem nas atividades turísticas da comunidade.

Qual atividade laboral era exercida antes de entrar na Atividade do turismo da Serra?

Quantas pessoas residem em sua casa [todos incluindo crianças]?

- ☐ 1 ☐ 2 a 3 ☐ 4 a 5 ☐ 6 a 7 ☐ 8 a 9 ☐ 9 a 10 ☐ mais de 10

Em sua residência, quantas pessoas trabalham nas Atividades turísticas?

☐ 1 ☐ 2 a 3 ☐ 4 a 5 ☐ 6 a 7 ☐ 8 a 9 ☐ 9 a 10 ☐ mais de 10

Há pessoas em sua casa que recebem algum benefício de transferência de renda do governo federal e/ ou estadual (Bolsa família, Bolsa Verde, Bolsa Floresta)?

☐ Não. ☐ Sim.

Quem recebe? _____ Qual benefício? _____

Qual o valor? R\$ _____

Qual a finalidade dos recursos recebidos pelos beneficiários?

- ☐ Compra de remédios
- ☐ Compra de fardamento e material escolar
- ☐ Compra de Vestuário
- ☐ Compra de gêneros alimentícios

Há pessoas em sua casa que recebem algum benefício da Previdência Social (Aposentaria, Pensão por morte, Benefício de Prestação Continuada)?

☐ Não. ☐ Sim.

Quem recebe? _____ Qual benefício? _____

Qual o valor? R\$ _____

Qual a finalidade dos recursos recebidos pelos beneficiários?

- ☐ Compra de remédios
- ☐ Compra de fardamento e material escolar
- ☐ Compra de Vestuário
- ☐ Compra de gêneros alimentícios

A sua casa é: ☐ Própria ☐ Alugada ☐ Outros _____

De que material é feita a sua casa?

☐ Madeira ☐ Alvenaria ☐ Mista ☐ Outros _____

Onde você mora a sua casa alaga?

☐ Não. ☐ Sim. ☐ Flutuante ☐ Palafita ☐ Casa em situação de risco (descida da Serra) _____

PARTE 3. QUANTO ÀS ATIVIDADES TURÍSTICAS

Há quanto tempo atua nas Atividades Turísticas:

☐ até 2 anos ☐ de 2 a 4 anos ☐ de 5 a 6 anos ☐ 7 a 8 anos ☐ 9 a 10 anos ☐ Mais de 10 anos

Como entrou na atividade que executa?

- ☐ percebeu a oportunidade
- ☐ incentivo/convite de terceiros (amigos/parentes)
- ☐ incentivo de órgãos governamentais
- ☐ convite da cooperativas.
- ☐ outros: _____

Quantas reuniões comunitárias são realizadas por temporada?

Quais as principais partes planejadas nas reuniões comunitárias para as Atividades turísticas?

Qual a principal fonte de renda gerada nessas atividades turísticas?

Por visita turística: Qual a faixa de ganhos por atividade exercida?

- ☐ menos de R\$ 100
☐ entre R\$ 100 e R\$300
☐ entre R\$ 301 e R\$500
☐ entre R\$501 e R\$1000
☐ Outros. Qual: R\$ _____

Qual o destino da renda obtida com as atividades turísticas na formação de renda da família:

- ☐ junta-se com as demais para compor a renda familiar.
☐ é uma renda extra que pode atender a uma necessidade específica: ☐ médico ☐ eletrodoméstico ☐ estudos dos filhos ☐ outro: _____
☐ é uma renda extra utilizada para compra de materiais para outras produções.
☐ melhorias das atividades ☐ construção/ reforma ☐ poupança _____
☐ outros: _____

O/ A Sr./ Sra. exerce outra atividade laboral:

- ☐ Não
☐ Sim: Qual? _____

Quantas horas (tempo) ao dia é dedicada à atividade que exerce? _____

Quem participa das atividades? ☐ Família ☐ Mão de obra contratada ☐

Associação/cooperativa

- ☐ Outros _____

Locais de venda:

- ☐ Não se aplica ☐ apenas na comunidade ☐ associação/cooperativa ☐ feiras ☐ atravessadores ☐ Parintins ☐ outros. Quais? _____

Como realiza a venda?

- ☐ Não se aplica ☐ Direto em associação/cooperativa de cultura ☐ feiras locais ☐ feiras em Parintins ☐ Própria comunidade ☐ atravessadores ☐ Clientes diretos
☐ outros. Quais? _____

Quais os maiores custos:

- ☐ mão de obra ☐ equipamentos ☐ insumos
☐ armazenagem ☐ transporte ☐ não tem custo ☐ outros: _____

Quais as principais dificuldades para a comercialização:

- ☐ pouca demanda ☐ transporte ☐ acesso ao mercado consumidor ☐ preço de venda ☐ sazonalidade ☐ concorrência ☐ hábitos dos consumidores
☐ outros: _____

Como é feita a formação de preços?

- ☐ com base nos custos ☐ preços de mercado ☐ associação/cooperativa ☐ orientação técnica ☐ depende do local/público consumidor
☐ outros: _____

Origem do custeio da produção: () não se aplica

() próprio () empréstimos de familiares/amigos () bancos () associação/cooperativa
() governo () agências de fomento () outras: _____

Recebeu assistência técnica/treinamento?

() contratados pela Prefeitura () particular () SEBRAE () ONGs
() técnico extensionista do governo () outro _____

Que tipo de assistência desejaria ter?

O Sr/sra teve acesso a alguma linha de crédito ou financiamento? () sim () não

Se SIM, quem ofertou?

Qual a finalidade desse financiamento?

Sua participação junto às Atividades Turísticas é:

- () atuante, busca novas oportunidades e soluções.
() ativa, participa das reuniões, treinamentos e decisões importantes.
() ativa, trabalha nos períodos temporada
() Realiza as atividades de forma independente por falta de organização comunitária
() passiva, é associado, mas não está participando ativamente.

A renda das atividades realizadas é importante para a família? Por que?

O que mudou na sua vida com a atividade do turismo na comunidade?

Como é o processo por completo desde a organização das visitas dos navios até a chegada dos visitantes na comunidade?

PARTE 4. QUESTÕES AMBIENTAIS

Qual(is) é o destino dos resíduos sólidos produzidos nas visitas turísticas?

- () Queimados () Terrenos baldios
() Enterrados () Lixeira comunitária
() Coleta Seletiva () Adubação da matéria orgânica

Qual(is) é o tipo de resíduo sólido que é descartado com maior frequência?

- () Plástico () Vidro
() Sobra de alimentos () Outros: _____

☐ Madeira

Você conhece as legislações que regulamentam as atividades Turísticas de Recursos Comuns?

☐ Não ☐ Sim

Se SIM, quais: _____

Como é o acesso a água na comunidade?

☐ Água encanada gerenciada pelo SAAE

☐ Poço artesiano comunitário

☐ Poço artesiano particular

☐ Água fluvial

☐ Água pluvial

Qual a origem da matéria-prima (madeira) utilizada para a produção de artesanatos?

☐ Área de Floresta

☐ Resíduos das Moveleiras

☐ Doação pelo IBAMA e IPAAM

☐ Compra de madeireiros

☐ Não se aplica

Qual a importância das Atividades Turísticas da Serra da Valéria para o meio ambiente?

Você acredita que as atividades turísticas realizadas trazem consequências positivas para o meio ambiente? Porque?

Você acredita que as atividades turísticas realizadas trazem consequências negativas para o meio ambiente?

Há alguma atividade de educação ambiental por parte do governo para explorar a importância do Ecoturismo para o desenvolvimento das comunidades?

☐ Não

☐ Sim: Quais? _____

Para finalizar, na sua opinião qual a importância das Atividades Turísticas da Serra da Valéria para a comunidade? Você acredita que pode melhorar em quais aspectos?

2 APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

O(A) Sr(a) está sendo convidado a participar do projeto de pesquisa O ECOTURISMO E A GOVERNANÇA DO USO DE RECURSOS COMUNS NAS COMUNIDADES DA REGIÃO DA SERRA DA VALÉRIA EM PARINTINS/AM, cujo pesquisador responsável é Fernanda Pinheiro Fragata. Os objetivos do projeto são: Analisar as práticas de governança dos recursos comuns no ecoturismo desenvolvido nas comunidades da região da Serra da Valéria em Parintins; e, os objetivos específicos são: Conhecer a trajetória dos comunitários e os motivos que os levaram a se envolver com a atividade do ecoturismo; analisar a organização local (coletiva) dos comunitários e os arranjos institucionais que ordenam o ecoturismo; aplicar os princípios de governança de recursos comuns da Ostrom na dinâmica do ecoturismo local; e, contribuir com estratégias para fortalecer a governança, considerando a participação ativa dos atores sociais. O(A) Sr(a) está sendo convidado por que é parte integrante do grupo de pessoas atuantes nas atividades turísticas nas comunidades São Paulo e Santa Rita. Além disso, é liderança ativa na comunidade.

O(A) Sr(a). tem de plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma para o tratamento que recebe neste serviço das atividades turísticas realizadas nas comunidades da Serra da Valéria.

Caso aceite participar sua participação consiste em **Entrevista inicial:** você responderá a perguntas sobre sua experiência, percepção e conhecimento relacionados ao ecoturismo na Serra da Valéria. A entrevista terá duração aproximada de 40 a 60 minutos e poderá ser gravada em áudio (e/ou vídeo, se você autorizar), exclusivamente para fins de registro da pesquisa; **Participação em roda de conversa/oficina:** você poderá participar de um encontro coletivo com outros membros da comunidade para dialogar sobre práticas de ecoturismo, aspectos culturais, sociais e ambientais locais. Esse momento também poderá ser registrado em áudio e/ou vídeo, apenas com sua autorização; **Mapeamento participativo:** você será convidado(a) a colaborar na identificação, em mapas, de pontos de relevância da Serra da Valéria (como trilhas, áreas de uso turístico, locais de memória cultural ou de importância ambiental); **Validação das informações:** em momento posterior, você poderá ser chamado(a) para verificar os registros das entrevistas e dos mapas, garantindo que suas informações foram compreendidas corretamente; **Confidencialidade e proteção da imagem:** todas as informações, áudios, vídeos ou imagens coletadas serão utilizadas somente para fins acadêmicos e científicos, de forma ética e responsável, garantindo a proteção de sua identidade, imagem e privacidade. Seu nome não será divulgado em nenhuma etapa ou publicação, salvo se houver autorização expressa. Nenhum dado será utilizado de forma que possa causar constrangimento, estigmatização ou prejuízo de qualquer natureza à sua pessoa ou à comunidade.

Toda pesquisa com seres humanos envolve riscos aos participantes. Nesta pesquisa os riscos para o(a) Sr.(a) são: **Desconforto durante entrevistas individuais:** pode ocorrer cansaço ou incômodo ao responder perguntas sobre suas experiências e percepções. Para reduzir esse risco, as entrevistas serão

realizadas de forma individual, em ambiente reservado, evitando situações de constrangimento. Além disso, o(a) participante poderá interromper ou encerrar sua participação a qualquer momento, sem necessidade de justificativa; **Exposição de identidade ou imagem:** caso autorize o registro em áudio, vídeo ou fotografia, existe o risco de sua imagem ou voz serem identificadas. Para minimizar esse risco, todos os registros serão armazenados em segurança, acessados apenas pela pesquisadora, e o uso em publicações ocorrerá somente com autorização expressa; **Exposição de informações sensíveis da comunidade:** a participação pode envolver a menção de aspectos culturais, ambientais ou sociais da Serra da Valéria. Para reduzir esse risco, as informações serão tratadas de forma coletiva e confidencial, sem associação direta ao nome ou identidade individual dos participantes; **Deslocamentos locais:** durante atividades de mapeamento participativo ou visitas a pontos de interesse, pode haver riscos relacionados ao deslocamento em trilhas, áreas de mata ou transporte fluvial. Para reduzir esse risco, os encontros serão planejados em locais de fácil acesso e as atividades em campo ocorrerão apenas em condições seguras, de acordo com a disponibilidade e concordância do participante. Em todos os casos, a participação é voluntária, e o(a) participante terá total liberdade para interromper sua participação a qualquer momento, sem qualquer prejuízo.

Também são esperados os seguintes benefícios com esta pesquisa: **Benefícios diretos:** O(a) participante terá a oportunidade de expressar suas experiências, percepções e expectativas em relação ao ecoturismo na Serra da Valéria, contribuindo com informações que valorizam sua vivência e identidade; Haverá espaço para validar e revisar as informações compartilhadas, garantindo que sua voz seja respeitada no processo da pesquisa. **Benefícios indiretos:** A pesquisa contribuirá para a produção de conhecimento científico sobre o ecoturismo na região, podendo subsidiar futuras ações de planejamento, gestão e valorização da Serra da Valéria; Os resultados poderão fortalecer o reconhecimento cultural e ambiental da comunidade, ampliando a visibilidade sobre suas práticas e potenciais turísticos; Ao reunir informações de forma coletiva e sistematizada, a pesquisa poderá auxiliar em discussões futuras sobre desenvolvimento sustentável, preservação ambiental e valorização sociocultural do território. Importante: não haverá qualquer custo financeiro para o(a) participante, nem remuneração, e a participação será sempre voluntária.

Se julgar necessário, o(a) Sr(a) dispõe de tempo para que possa refletir sobre sua participação, consultando, se necessário, seus familiares ou outras pessoas que possam ajudá-los na tomada de decisão livre e esclarecida.

Garantimos ao(à) Sr(a), e seu acompanhante quando necessário, o ressarcimento das despesas devido sua participação na pesquisa, ainda que não previstas inicialmente. Caso haja despesas relacionadas diretamente à sua participação (como transporte, alimentação ou outras necessárias para comparecimento às atividades de entrevista, roda de conversa, oficinas ou mapeamento), estas serão ressarcidas pela pesquisadora, mediante apresentação de comprovante ou conforme previamente combinado.

Também estão assegurados ao(à) Sr(a) o direito a pedir indenizações e a cobertura material para reparação a dano causado pela pesquisa ao participante da pesquisa.

Asseguramos ao(à) Sr(a) o direito de assistência integral gratuita devido a danos diretos/indiretos e imediatos/tardios decorrentes da participação no estudo ao participante, pelo tempo que for necessário.

Garantimos ao(à) Sr(a) a manutenção do sigilo e da privacidade de sua participação e de seus dados durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na divulgação científica.

O(A) Sr(a). pode entrar em contato com o pesquisador responsável Fernanda Pinheiro Fragata a qualquer tempo para informação adicional no endereço Instituto de Ciências Exatas e Tecnologia – ICET/PPGCTRA, e-mail: fandrade@ufam.edu.br; e-mail: fernanda.fragata@ufam.edu.br, e no telefone: (92) 984395264.

O(A) Sr(a). também pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal do Amazonas (CEP/UFAM) e com a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), quando pertinente. O CEP/UFAM fica na Escola de Enfermagem de Manaus (EEM/UFAM) - Sala 07, Rua Teresina, 495 – Adrianópolis – Manaus – AM, Fone: (92) 3305-1181 Ramal 2004, E-mail: cep@ufam.edu.br. O CEP/UFAM é um colegiado multi e transdisciplinar, independente, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Este documento (TCLE) será elaborado em duas VIAS, que serão rubricadas em todas as suas páginas, exceto a com as assinaturas, e assinadas ao seu término pelo(a) Sr(a)., ou por seu representante legal, e pelo pesquisador responsável, ficando uma via com cada um.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Li e concordo em participar da pesquisa.

Parintins - Am, ____/____/____.

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador Responsável



ANEXO A – Registro Fotográfico da Pesquisa de Campo

Figura 6. Comunidade Santa Rita



Fonte: Acervo da pesquisadora (2026)

Figura 7. Vista da Comunidade Santa Rita



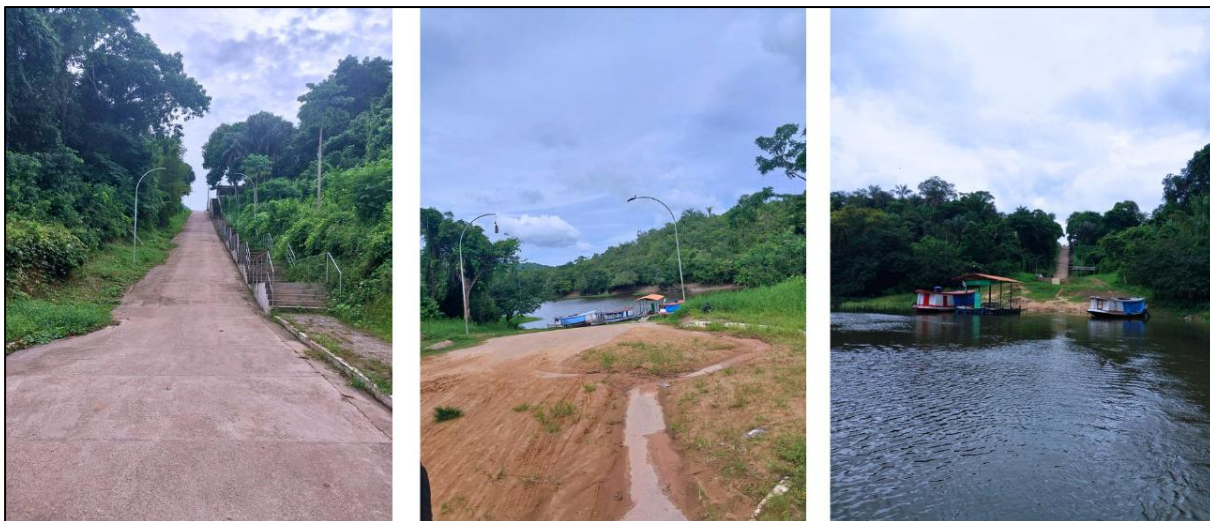
Fonte: Acervo da pesquisadora (2026)

Figura 8. Ginásio Poliesportivo e Cultural e Receptivo Turístico



Fonte: Acervo da pesquisadora (2026)

Figura 9. Descida e Porto da Comunidade Santa Rita



Fonte: Acervo da pesquisadora (2026)

Figura 10. Comunidade São Paulo (Boca da Valéria) período da Seca



Fonte: Acervo da pesquisadora (2024)

Figura 11. Escola Municipal São Francisco (Boca da Valéria)



Fonte: Acervo da pesquisadora (2024)

Figura 12. Comunidade São Paulo (Boca da Valéria) período da cheia



Fonte: Acervo da pesquisadora (2026)

Figura 13. Píer receptivo (Boca da Valéria)



Fonte: Acervo da pesquisadora (2024)

Figura 14. Placa de Inauguração Píer receptivo (Boca da Valéria)



Fonte: Acervo da pesquisadora (2024)

Figura 15. Visita nas comunidades São Paulo e Santa Rita



Fonte: Acervo da pesquisadora (2026)

Figura 16. Pesquisa de campo comunidade Santa Rita



Fonte: Acervo da pesquisadora (2026)

Figura 17. Pesquisa de campo comunidade São Paulo



Fonte: Acervo da pesquisadora (2026)